



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E
TERRITÓRIO**

GEOGRAFIA – LICENCIATURA

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A DIMINUIÇÃO DO INTERESSE E
CRIATIVIDADE DE ESTUDANTES**

JORGE MOISÉS MENDIETA RODRÍGUEZ

Foz do Iguaçu
2024

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A DIMINUIÇÃO DO INTERESSE E
CRIATIVIDADE DE ESTUDANTES: UM ESTUDO DE CASO**

JORGE MOISÉS MENDIETA RODRÍGUEZ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador: **Prof. Dr. Marcelo Augusto Rocha.**

Foz do Iguaçu
2024

JORGE MOISÉS MENDIETA RODRÍGUEZ

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A DIMINUIÇÃO DO INTERESSE E CRIATIVIDADE DE ESTUDANTES: UM ESTUDO DE CASO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Doutor em Ensino. Marcelo Augusto Rocha
UNILA

Prof. Doutora em Geografia. Léia Aparecida Veiga
UNILA

Prof. Doutor em Geografia Humana. Rubens de Toledo Junior
UNILA

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Jorge Moisés Mendieta Rodriguez

Curso: Licenciatura em Geografia

| | Tipo de Documento |
|-----------------------|-------------------------------------|
| (....) graduação | (....) artigo |
| (....) especialização | (x) trabalho de conclusão de curso |
| (....) mestrado | (....) monografia |
| (....) doutorado | (....) dissertação |
| | (....) tese |
| | (.....) CD/DVD – Obras audiovisuais |
| | (.....) _____ |

Título do trabalho acadêmico:

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A DIMINUIÇÃO DO INTERESSE E DA CRIATIVIDADE DE ESTUDANTES

Nome do orientador(a): Marcelo Augusto Rocha

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu professor orientador pela ajuda recebida na elaboração deste projeto e ao longo da minha formatura. A minha família por ser o apoio fundamental na conquista dos meus objetivos.

Aos professores da banca, pelas orientações recebidas procurando o aperfeiçoamento do meu Trabalho e aos amigos que estiveram sempre presentes.

“La desigualdad económica no es nunca una simple diferencia cuantitativa de bienes y posibilidades, sino que se concreta siempre en relaciones de dependencia y dominación de unos sobre otros”.

Estanislao Zuleta

RESUMO

Esta pesquisa analisou fatores que podem aumentar o desinteresse dos estudantes em sala de aula, com foco na possível influência de políticas públicas educacionais, no Brasil e na América Latina. Para cumprir este objetivo, fez-se uso de referências teóricas para compreender como funcionam essas políticas educacionais sob a influência de órgãos de controles internacionais. Aplicou-se ainda um questionário à professores da Educação Básica, com o intuito de investigar como as decisões tomadas no âmbito político, influenciam o cotidiano escolar. A partir dos resultados alcançados, buscou-se estabelecer possíveis fatores relevantes para a discussão da diminuição no interesse dos estudantes pelo atual modelo escolar. Além disso, foram identificados diferentes pontos que poderiam contribuir para uma melhora desta situação, ao considerar a participação dos professores na formulação das políticas públicas educacionais alternativas para o estabelecimento de um ambiente de ensino e de aprendizagem saudável e de qualidade, com vistas a uma educação emancipadora e crítica.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais; Educação Emancipadora; Autonomia Docente; Neoliberalismo.

RESUMEN

Esta investigación analizó los factores que pueden aumentar el desinterés de los estudiantes en el aula, centrándose en la posible influencia de las políticas públicas educativas en Brasil y América Latina. Para cumplir este objetivo, se utilizaron marcos teóricos para comprender cómo funcionan estas políticas educativas bajo la influencia de organizaciones internacionales de control. También se aplicó un cuestionario a los profesores de Educación Básica, con el objetivo de investigar cómo las decisiones tomadas en el ámbito político influyen en la vida escolar diaria. La recopilación de información a través de este cuestionario nos permite dar una visión de lo que sucede en la cotidianidad escolar. Basándonos en los resultados obtenidos, buscamos establecer posibles factores relevantes para la discusión sobre la disminución del interés de los estudiantes en el modelo escolar actual. Además, se identificaron puntos que podrían mejorar esta situación, considerando la participación de los profesores en la formulación de políticas públicas educativas alternativas para establecer un ambiente de enseñanza y aprendizaje saludable y de calidad, con miras a una educación emancipadora y crítica.

Palabras clave: Políticas Públicas Educativas; Educación Emancipadora; Autonomía Docente; Neoliberalismo.

ABSTRACT

This research analyzed factors that can increase students' disinterest in the classroom, focusing on the possible influence of educational public policies in Brazil and Latin America. To fulfill this objective, theoretical frameworks were used to understand how these educational policies work under the influence of international control organizations. A questionnaire was also applied to Basic Education teachers, with the aim of investigating how decisions made in the political sphere influence daily school life. Collecting information through this questionnaire allows us to provide an insight into what happens in the daily school routine. Based on the results obtained, we sought to establish possible relevant factors for the discussion of the decrease in students' interest in the current school model. Additionally, different points were identified that could contribute to an improvement in this situation, considering teachers' participation in formulating alternative educational public policies for the establishment of a healthy and quality teaching and learning environment, with a view to emancipatory and critical education.

Keywords: Educational Public Policies; Emancipatory Education; Teacher Autonomy; Neoliberalism.

TABELA DE CONTEÚDO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 2. EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E O NEOLIBERALISMO | 15 |
| 2.1 Políticas Públicas Educacionais no Brasil..... | 22 |
| 3. POLÍTICAS PUBLICAS EDUCACIONAIS E SUA RELAÇÃO COM O ENFRAQUECIMENTO DO INTERESSE E CRIATIVIDADE DOS ESTUDANTES. | 30 |
| 4. METODOLOGIA DO TRABALHO | 34 |
| 4.1 Análise das entrevistas sobre a falta de interesse e criatividade dos alunos na sala de aula..... | 34 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 55 |
| 6. REFERÊNCIAS | 58 |

TABELA DE GRÁFICOS

| | |
|--|--------------------------------------|
| Gráfico 1. Interesse dos Alunos nas Aulas. | 35 |
| Gráfico 2. Justificativa frente ao Interesse dos Alunos nas Aulas. | 37 |
| Gráfico 3. Políticas Públicas Adotadas pelo Governo Estadual. | ;Error! Marcador no definido. |
| Gráfico 4. Políticas Públicas Adotadas e o Impacto. | 41 |
| Gráfico 5. Justificativa sobre as Políticas Públicas Adotadas e o Impacto. | 42 |
| Gráfico 6. Esforço com Metodologias Inovadoras. | ;Error! Marcador no definido. |
| Gráfico 7. Tamanho da Turma. | 44 |
| Gráfico 8. Modelo Estrutural da Escola. | ;Error! Marcador no definido. |
| Gráfico 9. Priorização do Mercado. | ;Error! Marcador no definido. |
| Gráfico 10. Justificativa da Priorização do Mercado. | 48 |
| Gráfico 11. Principais Causas da Falta de Interesse e Criatividade. | 49 |
| Gráfico 12. Solução para Combater a Falta de Interesse e Criatividade. | ;Error! Marcador no definido. |
| Gráfico 13. Representação na Formulação de Políticas Públicas Educacionais. ... | ;Error! Marcador no definido. |
| Gráfico 14. Justificativa Sobre a Representação na Formulação de Políticas Públicas Educacionais. | 53 |

1. INTRODUÇÃO

A educação tem grandes desafios que no atual cenário mundial, são de vital importância para o desenvolvimento da sociedade. Embora a sua importância esteja estabelecida, as diretrizes enquanto as políticas públicas educacionais, parecem divergir consideravelmente dos objetivos essenciais necessários para promover um avanço efetivo na qualidade do ensino.

Desta maneira o presente estudo tem por objetivo identificar as possíveis causas, de acordo à implementação de políticas públicas educacionais que resultam na perda de interesse dos alunos em sala de aula. Tendo em vista a extensão do tema a ser tratado, optamos por focar em um recorte temporal a partir da década de 1980, momento coincidente com o início mais potente das políticas neoliberais na América Latina. Essa delimitação temporal proporcionará uma análise mais precisa e contextualizada das transformações no cenário educacional durante esse período.

No decorrer da pesquisa, buscaremos analisar os possíveis motivos ou fatores que levam aos estudantes a diminuir seu interesse e sua criatividade em sala de aula. Exploraremos os diferentes impactos e as suas causas, derivados das políticas públicas educacionais estaduais e federais, ligadas ao neoliberalismo e a internacionalização, as quais estão na busca constante da homogeneização dos padrões educacionais de acordo com os organismos internacionais.

Nesse contexto, as políticas educacionais desempenham um papel crucial no desenvolvimento dos alunos em sala de aula. Apesar de muitas vezes parecer que tais políticas estão restritas às esferas acadêmicas mais elevadas, é importante ressaltar que elas possuem uma conexão direta com o aluno. No cenário educacional atual, essa conexão evidencia a falta de integração entre as políticas e a realidade educativa, revelando uma busca por homogeneidade orientada por organismos internacionais. Essa realidade não se restringe apenas ao Brasil, mas também pode ser observada em outras realidades da América Latina e do mundo.

Desta maneira diante do cenário atual a relação entre as mudanças estabelecidas nos governos, como o do estado de Paraná, propiciam aspectos que vão contra a busca por uma educação emancipadora e de qualidade. As ofensivas da gestão de Ratinho Jr, contra da educação pública, se evidenciam, por exemplo nos constantes ataques a autonomia dos professores e na diminuição da oferta das turmas da EJA, na qual este governo tem liderado o desmonte da modalidade de ensino no

Brasil. O desmonte das turmas de EJA diminuem as chances das pessoas de continuar seus estudos, ampliando o exército de reserva de mão de obra barata e desqualificada.

Conseqüentemente, estabeleceram-se os seguintes objetivos geral e específicos que permitam analisar os diferentes fatores nas políticas públicas educacionais do Paraná. Desta maneira o objetivo geral deste trabalho foi compreender as causas que acentuam a perda do interesse de estudantes da Educação Básica no atual modelo de sala de aula das escolas públicas do Estado do Paraná. Na busca de alcançar esse objetivo se delinearam os objetivos específicos: Realizar uma revisão bibliográfica e documental a fim de estabelecer uma linha temporal a respeito das políticas educacionais desenvolvidas nas últimas décadas no Brasil, com ênfase no Estado do Paraná; submeter um questionário a professores de colégios estaduais de foz do Iguaçu com o intuito de compreender as causas da perda do interesse dos estudantes.

Considerando a necessidade de um estudo sobre a realidade das políticas públicas educacionais no estado do Paraná, com foco na sua aplicação na sala de aula, busca-se identificar as diversas implicações que essas políticas acarretam, tanto para os alunos quanto para os professores. Observa-se que tais políticas tendem a enfraquecer a autonomia dos docentes, direcionando o ensino para a obtenção de resultados alinhados ao mercado, em detrimento da busca pelo conhecimento e do estímulo ao pensamento crítico nos estudantes do Ensino Fundamental e mais recentemente, principalmente no Ensino Médio.

Assim, mediante a observação direta na sala de aula no estágio, mas também no projeto de Residência Pedagógica, evidenciou-se, a diminuição do interesse dos estudantes pelas diferentes aulas, não somente na geografia, mais também as demais matérias. Nesse sentido originou-se a pergunta: o que está acontecendo com o sistema educativo, que não logra motivar o suficiente os alunos na sala de aula? Como as políticas educacionais podem estar relacionadas a isto?

Dessa forma, o presente trabalho busca contextualizar a ascensão do neoliberalismo na América Latina, um território em desenvolvimento, e sua inserção em um âmbito que, até então, não havia sofrido significativa influência: a educação, e, conseqüentemente, as políticas educacionais. Nesse modelo, observa-se um aprimoramento na busca por uma maior influência do mercado em todas as esferas educacionais. Este fenômeno resulta na padronização e mercantilização da educação,

com o objetivo de formar indivíduos com baixa qualidade educativa, preparados para integrar o mercado sem as ferramentas necessárias para enfrentá-lo.

Este não é um fenômeno isolado, tem acontecido em diversos países em especial os em desenvolvimento. No caso brasileiro, o Estado do Paraná tem sido considerado uma espécie de laboratório neoliberal para políticas educacionais extremas. Por isso, ao implementar tais políticas educacionais, o governo tem atraído a atenção e a influência cada vez maior do mercado, nas decisões sobre educação.

Ademais, este estudo objetivou contribuir com as discussões a respeito do tema, resgatando análises por meio da revisão de literatura e por intermédio da coleta de informações entre os professores da educação básica do estado do paraná que estão na linha de frente atuando em escolas públicas na cidade de Foz do Iguaçu – PR. Com base em suas respostas, busca-se interpretar as tendências e padrões que evidenciem as consequências das atuais políticas educacionais, bem como as considerações necessárias que possam influenciar o desenvolvimento de uma maior qualidade educativa.

2. EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E O NEOLIBERALISMO

As políticas neoliberais criam instituições que fomentam e auxiliam na implementação e consecução de seus objetivos. Assim, o FMI e o Banco Mundial tornaram-se os eixos de propagação e execução do "fundamentalismo do livre mercado". Os países que adquiriam dívidas com essas entidades tinham que reprogramar suas dívidas, em troca da implementação em seu território das reformas institucionais próprias do neoliberalismo, incluindo leis mais flexíveis ao mercado, privatizações e redução do gasto social (Harvey, 2005).

Com a implementação das políticas neoliberais em diversos setores, a educação não tem escapado de sua influência. Stromquist (2012) destaca que essas políticas buscam um Estado com menor capacidade de intervenção e um papel mais amplo para as forças de mercado, especialmente no campo da educação, onde exercem domínio em muitos países. Alguns argumentam que o neoliberalismo está estreitamente vinculado à globalização, enquanto outros afirmam que constitui o braço ideológico da globalização. Essas políticas neoliberais têm promovido mecanismos como a privatização de escolas, entre outros, com o apoio de agências internacionais.

Harvey (2005) confirma que, no desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, cada estado o aplica frequentemente de maneira tendenciosa e parcial. Ele testifica a hesitação das soluções neoliberais e as formas complexas em que as forças políticas, as tradições históricas e os pactos institucionais serviram, no conjunto, para a produção dos processos neoliberais estabelecidos.

Nesse sentido, a globalização, influenciada por instituições como o Banco Mundial, promoveu um interesse na descentralização da educação. No entanto, poucos países efetivamente transferiram o poder para o nível local. Ao mesmo tempo, a busca por sociedades mais democráticas e o reconhecimento do papel da educação na formação de sociedades mais justas trouxeram uma atenção crescente à noção de qualidade. No entanto, essa preocupação tem se mostrado pouco concretizada na prática.

Os defensores do neoliberalismo afirmam que a privatização e a desregulamentação, juntamente com a competição, eliminam os trâmites burocráticos, aumentam a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade dos bens e reduzem os custos. Isso ocorre tanto de maneira direta para o consumidor, através da oferta de bens e serviços mais baratos, quanto de maneira indireta,

mediante a redução das cargas fiscais. Na teoria, o Estado neoliberal deve buscar de forma persistente reorganizações internas e novos acordos que melhorem sua posição competitiva em relação a outros Estados no mercado global. Após garantir a liberdade individual no mercado, cada indivíduo é responsável e deve responder por suas ações e pelo seu bem-estar. Esse princípio se estende à esfera dos sistemas de proteção social e educacional (Harvey, 2005).

Nesse contexto, o Estado está constantemente em busca de alcançar objetivos que o tornem competitivo em diversas esferas sociais. Essa busca visa a inserção no mercado global, destacando-se para obter maiores ganhos, no caso da educação.

Stromquist (2012) destaca que, no caso do Brasil, na prática, essa "descentralização" limita-se principalmente à esfera financeira, uma vez que o material, o conteúdo programático e a fiscalização continuam sob a responsabilidade do Estado, conforme observado por

Burbules e Torres (2001, p.26). Los efectos más generales de la globalización tienden a forzar a las políticas educativas nacionales hacia un marco neoliberal que hace hincapié en los impuestos más bajos; reducir el sector estatal y hacer más con menos; promover políticas de mercado para la alternativa escolar (especialmente los vales); la gestión racional de las organizaciones escolares; evaluación del rendimiento (exámenes); y la liberalización con el objetivo de alentar nuevos proveedores

Além disso, o pouco interesse dos governos locais nos investimentos, tanto na qualidade quanto na estrutura educativa, em detrimento da capacidade de enfrentar os diferentes desafios educacionais, condiciona, na maioria dos casos, a busca por resultados que, na realidade, não atendem às demandas da comunidade educativa. Essas políticas muitas vezes visam mostrar efetividade diante das instituições, possibilitando uma maior aplicação econômica. Sob uma perspectiva econômica, as exigências de austeridade provenientes de fontes externas, como condições para empréstimos do FMI, podem resultar em reduções substanciais nos investimentos destinados à educação. Em outros cenários, a busca por maior competitividade e produtividade econômica pode resultar, por sua vez, em um aumento nos recursos direcionados à área educacional (Burbules e Torres, 2001).

A chamada "política dos ajustes estruturais", que contempla reformas do Estado e estabilização monetária no modelo neoliberal, torna-se uma imposição daqueles países desenvolvidos sobre aqueles que estão em desenvolvimento,

mediante os organismos financeiros multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o FMI e o Banco Mundial. Paludo (2015)

As organizações promoveram desta maneira uma abordagem bastante pragmática nas instituições de ensino superior. Disciplinas e campos que atraem um número reduzido de alunos frequentemente são considerados ineficientes e, por conseguinte, sujeitos a possíveis cortes (Stromquist, 2012). Resultado das políticas promovidas pelas organizações, como o Banco Mundial, visando a possibilidade de modificar, de outras formas, as estruturas produtivas dos países em desenvolvimento e condicionando diferentes setores, entre eles o da educação.

“As corporações estão se tornando tão poderosas que muitas delas estão criando seus próprios programas de educação pós-secundária e vocacional” (BURBULES; TORRES, 2001, p. 18). Assim políticas globais de educação, as dinâmicas de mercado e o apoio reduzido do Estado para a provisão da educação entre outros, são algumas das múltiplas forças nas quais vem sendo conformado o ensino (Stromquist, 2012).

Conforme apresentado por Nogueira et al. (2001, p. 131) “A estratégia de cooperação do Banco no Brasil é de apoiar políticas de investimento que encorajarão o crescimento econômico e o desenvolvimento num contexto de estabilidade macroeconômica”. Dessa forma, evidencia-se a busca pelo lucro dentro das políticas educacionais a serem aplicadas no ambiente escolar.

O Estado moderno, mediante o discurso de democracia atende as demandas de diferentes grupos social. Desta maneira se incorpora as diferentes contradições atuantes na disputa pelos interesses de cada um. Assim as políticas públicas definidas acabam se planteando na medida que cada um destes grupos se organiza para influenciar na decisão (Santos, 2012).

Assim como confirma Stromquist (2012), as necessidades financeiras e pedagógicas dos professores na maior parte do mundo são limitadas, mesmo sabendo da importância da educação formal. A qualidade do ensino segue alocada de modo desigual, embora mais pessoas tenham acesso à educação formal, o que ajuda na reprodução da desigualdade social. Resultado da aplicação de políticas educacionais dentro de um contexto neoliberal que não afeta somente a estabilidade laboral dos educadores, mas também a qualidade educativa e o sucateamento da educação pública.

Um exemplo disso é a diferença entre escolas privadas e públicas no que diz respeito a horas-aula de frequência por ano. Nas escolas privadas, na América Latina, estudantes frequentam cerca de 1000 horas-aula por ano. Nas escolas públicas, essa frequência fica entre 500 e 800 horas, ou seja, entre metade e 80% do tempo daquela das escolas privadas Stromquist (2012, p.90).

Assim, múltiplas consequências se tornam relevantes na cotidianidade escolar, como algumas medidas para a redução dos custos de aumentos salariais incorridos por promoções, ou benefícios como seguro de saúde, planos de pensão e períodos de férias, fazendo parte da erosão de cargos permanentes na academia. Adicionalmente, os docentes frequentemente enfrentam desafios em dedicar tempo para participar ativamente das decisões que moldam a vida institucional. Isso resulta em uma falta de desenvolvimento de uma identificação sólida com a instituição em que trabalham. Muitas vezes, para garantir sua subsistência, encontram-se na necessidade de buscar emprego em mais de uma instituição (Stromquist, 2012).

Nesse sentido, Nogueira et al. (2001) afirma que assim como o Banco Mundial o BID, se estabeleceu também com a finalidade ser um organismo multilateral financeiro a partir da guerra fria, suportando assim a Aliança para o Progresso, modificando dessa maneira as políticas que se estabeleceram para os países periféricos. Desta maneira o BID organizou para a América Latina um plano político, econômico e financeiro.

Dessa forma, a educação na América Latina não consegue fugir da situação global; é assim que:

Algumas características da educação na América Latina são as grandes disparidades de acesso e conclusão da educação, e de rendimento cognitivo entre áreas rurais e urbanas, entre famílias ricas e pobres, entre grupos étnicos subordinados e dominantes Stromquist (2012, p.90).

Para (Andrioli, 2002) no Banco Mundial torna-se de relevante importância para o capital na área da educação dois objetivos: a) o mercado consumidor para sua expansão, mediante a educação como geradora de emprego, (inclusão de mais consumidores); b) nos países sob seu controle propiciar uma estabilidade política mediante processos educativos subordinados aos seus interesses (estabilidade política).

Desta maneira permitindo manter uma continuidade das estruturas de poder no domínio das relações sociais. Nesse sentido as políticas aplicadas não são

focalizadas no combate às desiguales, mas pelo contrário na reprodução do capital. Desta maneira para:

Stromquist (2012, p. 90) confirma que "algumas características da educação na América Latina são as grandes disparidades de acesso e conclusão da educação, e de rendimento cognitivo entre áreas rurais e urbanas, entre famílias ricas e pobres, entre grupos étnicos subordinados e dominantes".

Assim, a expansão do acesso à educação em todo o mundo, inclusive na América Latina, ocorreu mediante o uso de turnos duplos e triplos nas escolas, com um número de três ou quatro horas por dia em que os alunos frequentavam as escolas públicas, em contraste com as seis ou sete horas em escolas privadas de mais qualidade, diminuindo o tempo de ensino que aumenta a desvantagem de crianças das famílias de baixa renda (Stromquist, 2012). Portanto, "para quem duvida da priorização da educação nos países pobres, observe o seguinte trecho do vice-presidente do Banco Mundial: "Para nós, não há maior prioridade na América Latina do que a educação" (Andrioli, 2002 p. 4).

Diversos países asiáticos com poder econômico crescente têm uma maior capacidade de investir em educação. Embora alguns países na Ásia tenham mais vontade política sobre a disponibilidade de recursos para a educação e para a infraestrutura em seus territórios. Os benefícios da globalização derivados da produção com valor agregado poderão ser aproveitados com uma população com níveis elevados de educação (Stromquist, 2012).

Como confirmado por Libâneo (2016), no capitalismo globalizado, a educação fundamental se converte num instrumento indispensável para o sucesso econômico mundial, especialmente as medidas direcionadas aos setores sociais mais marginalizados, uma vez que estas garantem o pleno desenvolvimento do potencial produtivo de todos, notadamente dos indivíduos em situação de maior vulnerabilidade econômica. Organizações como o Banco Mundial frequentemente encaram a educação como mero produto, negligenciando seu papel essencial na quebra de barreiras para a reprodução da riqueza e para a emancipação popular.

Em resumo, na América Latina, ainda é forte a busca pelos próprios interesses de elites políticas e econômicas. O fato de essas pessoas serem favorecidas por escolas privadas de excelentes resultados e inacessíveis para a imensa maioria da população faz com que haja um círculo perverso e vicioso de

escolas para ricos e escolas para pobres, perpetuando, com raríssimas exceções, a situação econômica da maioria das famílias de baixa renda.

Há na literatura científica da área de educação, a nítida percepção de que, de um lado, se coloca a um tipo de escola voltada aos filhos dos ricos, pautada na construção do conhecimento, na aprendizagem propiciada por ambientes saudáveis, com número de alunos reduzidos e permeado por tecnologias e, de outro lado coexiste uma escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, a missões sociais de assistência e apoio às crianças (LIBÃNEO, 2012). Este dualismo perverso não é algo novo, o professor António Nóvoa (2009) já explicava com clareza esses dois tipos de escolas. Ocorre que, no Brasil, essas diferenças se acentuaram mais, tornando-se exageradamente mais explícitas, após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no governo neoliberal, pós golpe, de Michel Temer.

O investimento na educação pública segue sendo pensado como um gasto secundário e não como um investimento nacional fundamental na criação de cidadãos com conhecimento. Esta visão restrita inevitavelmente acarretará custos significativos para todo o continente, perpetuando seu papel predominantemente como produtor de matérias-primas, sejam elas agrícolas ou minerais. Embora haja momentos de escassez e preços favoráveis para essas commodities (como observado atualmente), é mais provável que o continente enfrente períodos de baixos preços, com suas exportações suscetíveis à substituição por produtos alternativos ou fornecimento por outros países Stromquist (2012).

Burbules e Torres (2001, tradução nossa) afirmam que as implicações políticas da educação transcendem o indivíduo a ser educado, representando um conjunto de decisões estratégicas que impactam a sociedade como um todo. Nesse contexto, destaca-se a relevância da educação como uma política pública, ressaltando o papel fundamental desempenhado pelo Estado.

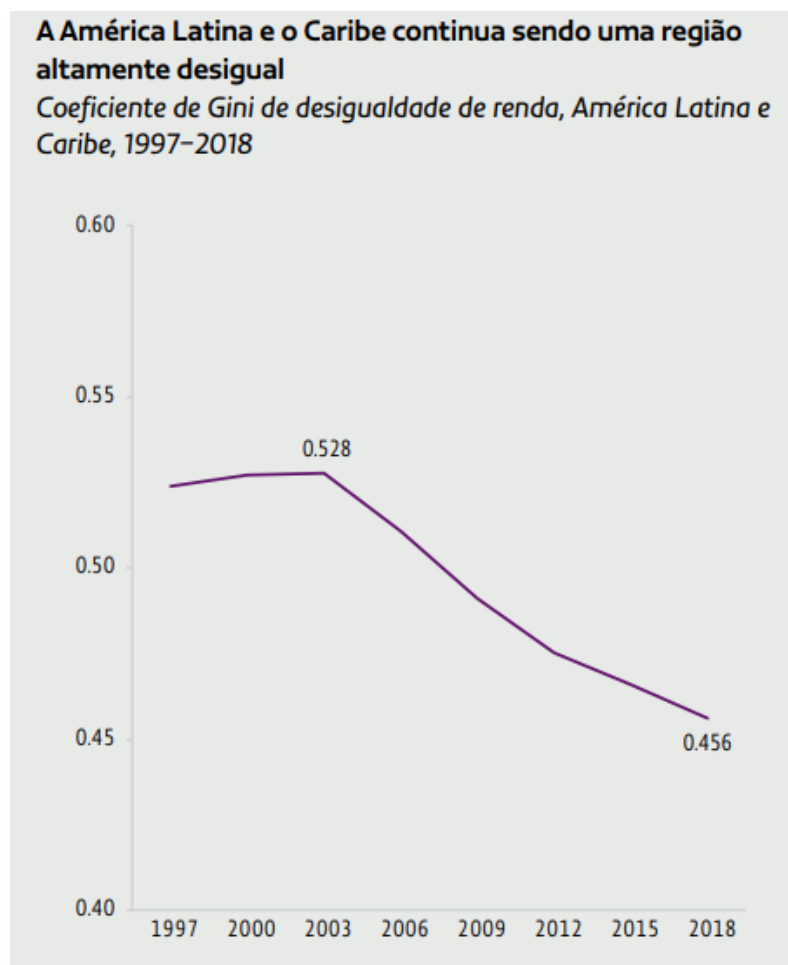
A educação é definida e estruturada pelas classes dominantes. Neste sentido, para Mészáros (2007), restringir uma transformação educacional radical às correções periféricas e autos servidoras do capital implica, quer consciente ou inconscientemente, renunciar ao propósito de uma mudança social qualitativa abrangente.

A transformação substancial na educação na América Latina implica a mobilização de toda a sociedade em um território tão diversificado e rico, mas ao

mesmo tempo marcado por desigualdades. Cabe à formulação de políticas públicas, especialmente as educacionais, melhorar as condições propícias para que todas as pessoas possam ter acesso à educação, conforme preconizado pelo Relatório de Monitoramento Global da Educação (2020).

O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, reduziu de 0,527 em 2003 para 0,456 em 2018, entretanto, ainda permanece como o mais alto do mundo. Os 10% mais ricos concentram 30% da renda total, enquanto os 20% mais pobres respondem por apenas 6%.

Figura 1. Coeficiente de Gini de desigualdade de renda



Fonte: UNESCO (2020).

Conforme evidenciado no Relatório de Monitoramento Global da Educação, na figura 1, os dados referentes à América Latina e ao Caribe apontam para uma alta desigualdade nos últimos anos. Essa realidade propicia um terreno favorável à implementação de políticas neoliberais, as quais, sob promessas de soluções para os países em desenvolvimento, buscam aplicar medidas abrangentes

em diversos setores, incluindo o educacional. No entanto, essa abordagem pode resultar no desenvolvimento de padrões sem considerar a rica diversidade presente em cada território. Dessa maneira, tornam-se evidentes diversas formas de exercer controle ou influenciar o funcionamento do governo.

No próximo capítulo, busca-se analisar os impactos dessas políticas neoliberais na política educacional do Brasil, examinando os mecanismos que exercem pressão, tais como as avaliações internacionais.

2.1 Políticas Públicas Educacionais no Brasil

As políticas públicas, embora concebidas em resposta às necessidades sociais, são formuladas na sua maioria por indivíduos pertencentes ao mesmo grupo detentor do poder. Essa situação dificulta a efetivação das mudanças necessárias para alterar as condições estruturais de submissão da sociedade. Essas mudanças são especialmente obstaculizadas pela aplicação da teoria neoliberal, que, ao priorizar a busca por lucros, visa enfraquecer o papel do Estado. A educação pública, nesse contexto, encontra-se sujeita à influência do mercado, que permeia todas as esferas sociais. Esse cenário não é exceção, tanto no Brasil quanto na América Latina.

Como afirma David Harvey (2005), o neoliberalismo é uma teoria de práticas político-econômicas, e para ele, a melhor maneira de fomentar o bem-estar humano é mediante a desregulamentação do livre desenvolvimento das capacidades e liberdades empresariais das pessoas, mediante a institucionalidade caracterizada pela propriedade privada, seus direitos aos mercados livres e a liberdade de comércio. Para o desenvolvimento dessas práticas, o Estado deve criar e preservar o quadro institucional apropriado. Por exemplo, deve garantir a inteireza e a qualidade da moeda, assim como providenciar as funções e estruturas policiais, militares, defensivas e legais, assegurando os direitos da propriedade privada e garantir o funcionamento dos mercados, mesmo sendo necessário o uso da força.

Outrossim, há uma coesão no discurso liberal em relação à educação, que é percebida como um elemento crucial para determinar a competitividade entre as nações. Além disso, ela se configura como um fator determinante para a empregabilidade, especialmente em períodos de crise econômica (Andrioli, 2002).

No âmbito da educação, uma das características introduzidas pela globalização é a internacionalização, que implica na adaptação dos sistemas e instituições educacionais de acordo com expectativas supranacionais estabelecidas por organizações internacionais vinculadas às principais potências econômicas globais. Esse processo é fundamentado em uma agenda globalmente estruturada para a educação, a qual se manifesta por meio de documentos que influenciam políticas educacionais nacionais, como diretrizes, programas e projetos de lei etc. (Libâneo, 2016).

De acordo com o Banco Mundial, a educação possui tarefas relevantes para o capital, a saber: a) "Ampliar o mercado consumidor por meio do investimento na educação, promovendo-a como impulsionadora de emprego, consumo e cidadania, com o objetivo de incluir um número maior de pessoas no âmbito do consumo." b) "Assegurar a estabilidade política nos países ao alinhar os processos educativos aos interesses de reprodução das relações sociais capitalistas, visando garantir a governabilidade." Por isso é necessário desde o ponto de vista liberal, a educação deve ser e ter um lugar privilegiado dentro da sociedade. Andrioli (2002)

Os organismos internacionais que mais atuam no âmbito das políticas sociais, especialmente da educação, são a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – Unesco –, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID –, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. É importante assinalar que essas organizações, a par de diversos mecanismos burocráticos de relacionamento com os países pobres ou emergentes, atuam por meio de conferências e reuniões internacionais, tais como Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990), Conferência de Cúpula de Nova Délhi, Índia (1993), Cúpula Mundial de Educação para Todos – Dakar (UNESCO, 2000), entre outras Libâneo (2016, p.43).

Os organismos atuam de maneira global e em função de exercer controle por médio de diversos mecanismos sobre países que estão em desenvolvimento. Essa dinâmica é descrita por Libâneo (2016). No contexto da globalização, as políticas públicas sofrem internacionalização, com agências monetárias, comerciais e financeiras multilaterais e internacionais formulando recomendações para países em desenvolvimento. Essas recomendações, principalmente nas áreas de saúde e educação, incluem formas de regulação das políticas decorrentes de acordos de cooperação.

Os reflexos diretos esperados pelo grande capital a partir de sua intervenção nas políticas educacionais dos países pobres, em linhas gerais, são os seguintes: a) garantir governabilidade (condições para o desenvolvimento dos negócios) e segurança nos países “perdedores”; b) quebrar a inércia que mantém o atraso nos países do chamado “Terceiro Mundo”; c) construir um caráter internacionalista das políticas públicas com a ação direta e o controle dos Estados Unidos; d) estabelecer um corte significativo na produção do conhecimento nesses países; e) incentivar a exclusão de disciplinas científicas, priorizando o ensino elementar e profissionalizante. Andrioli (2002, p.5)

A pesquisa revela que, no contexto das políticas oficiais, ao longo das últimas décadas, os organismos internacionais têm exercido influência significativa sobre as políticas educacionais implementadas nas escolas. Essa influência se reflete de maneira notável no domínio do conhecimento escolar, na formulação de currículos e nas concepções fundamentais sobre o papel da escola, conforme mencionado por Libâneo (2016).

Assim é necessário considerar, que as políticas educacionais nos contextos nas quais são implementadas necessariamente introduzem câmbios significativos procurando assim a permanência dos estudantes na escola mediante medidas que enfatizam na sua relevância. De acordo com as especificidades dos grupos que prevalecem na definição destas políticas assim mesmo elas se definem ainda que não apresentam propostas para transformar a sociedade. (Santos, 2012).

Estudos recentes indicam, por exemplo, que uma das orientações mais presentes nos documentos do Banco Mundial é a institucionalização de políticas de alívio da pobreza expressas numa concepção de escola como lugar de acolhimento e proteção social, em que um de seus ingredientes é a implementação de um currículo instrumental ou de resultados. Tais políticas trazem junto o desfiguramento da escola como lugar de formação cultural e científica e, em consequência, a desvalorização do conhecimento escolar significativo Libâneo (2016, p.40-41)

Na concepção das políticas públicas desses organismos, procura-se o fortalecimento da escola como modelo estrutural que prioriza o atendimento às necessidades mais imediatas da população, como a contenção da pobreza. Porém, para o Banco Mundial, vai muito além disso, destacando a educação como a principal forma de superar a pobreza. Conforme afirma o Banco Mundial (tradução nossa, 2023), a educação, consagrada como um direito humano fundamental, destaca-se como um motor essencial para o desenvolvimento, revelando-se um instrumento altamente eficaz na redução da pobreza, melhoria da saúde, conquista da igualdade de gênero e promoção da paz e estabilidade. Além de gerar retornos substanciais e

consistentes em termos de renda, a educação figura como o fator preponderante para assegurar a equidade e a inclusão social.

Nos últimos anos, tem-se notado que, de maneira geral, os países da América Latina deram início a reformas em seus sistemas de ensino. Essas mudanças são, em grande parte, impulsionadas por um processo de influência externa que vincula as políticas propostas por organismos internacionais à concessão de empréstimos para os países desta região (Santos, 2012).

Desde 1990, as políticas para a escola no Brasil são precedidas por organismos internacionais, havendo razões para suspeitar que o funcionamento interno das escolas e o trabalho pedagógico-didático vêm se afetando negativamente. A limitação da educação escolar a metas vinculadas à resolução de problemas sociais e econômicos, bem como aos critérios mercadológicos, compromete sua função fundamental de instruir em conteúdos específicos e fomentar o desenvolvimento das capacidades intelectuais dos estudantes. Assim, "Durante o governo Collor, a educação passa a ser encarada com um produto a ser oferecido por empresas prestadoras de serviços" (Moreira e Candida de Oliveira, 2011, p.93). Conseqüentemente, tais abordagens políticas resultam na deterioração da qualidade educacional e na redução dos índices de desempenho dos alunos. Isso, por sua vez, contribui para a exclusão social dentro do ambiente escolar, antecedendo inclusive a exclusão social perpetuada na sociedade em geral (Libâneo, 2016).

Aproximadamente 63% dos jovens concluem o ensino médio; no entanto, em 20 países, os 20% mais privilegiados têm uma probabilidade cinco vezes maior de concluir esse nível educacional em comparação com os 20% mais desfavorecidos. Na Guatemala, apenas 5% da parcela mais desfavorecida da população alcança a conclusão do ensino médio, contrastando significativamente com os 74% observados entre os estratos mais ricos (Relatório de Monitoramento Global da Educação, 2020). Confirmado por:

o sentido de qualidade social dilui-se numa ideia vaga de educação para superação das desigualdades e do reconhecimento e respeito à diversidade, dentro de um projeto social de alívio da pobreza muito mais próximo de razões econômicas do que sociais e pedagógicas, bem ao gosto dos organismos multilaterais Libâneo (2016, p.56).

Nesse sentido, para Sousa (2013) define a aplicação de políticas públicas no estado como a elaboração e execução de projetos programas assignados

especificamente às áreas das sociedades. Ao longo desse processo, o estado na sua intervenção nos diferentes grupos sociais, buscando cumprir o objetivo de manter a coesão entre eles, para garantir a produção, a força de trabalho e assim preservar o modo de produzir.

Assim, para Libâneo (2016), duas orientações curriculares complementares no viés das políticas de contenção da pobreza se apresentam hoje no Brasil, procurando estratégias que permitam manter a competitividade no contexto da globalização e da diversificação dos mercados. No que tange às políticas de alívio da pobreza, está o currículo instrumental ou de resultados imediatos, o qual tem por característica, no que se refere ao trabalho e emprego, os conteúdos mínimos necessários, ligado ao currículo de convívio e acolhimento social, com grande apelo à inclusão social e ao atendimento da diversidade social. Dessa forma, baseados na solidariedade e na contenção de conflitos sociais, buscam formar um tipo de cidadania. Presentemente, isso é observado na maioria dos estados brasileiros.

Então, o que precisa ser desvendado nesses princípios assentados na satisfação de necessidades básicas de aprendizagem é que, na verdade, trata-se de criar insumos para que o aluno alcance a aprendizagem como produto, deixando em segundo plano o processo de aprendizagem (Libâneo, 2016, p. 47-48).

Nesse sentido, a escola muitas vezes é percebida como uma fronteira na luta contra a pobreza, exigindo uma melhoria na qualidade de vida. É crucial transcender a concepção da educação como um simples produto do mercado, promovendo uma abordagem crítica que capacite os indivíduos a se integrarem de maneira mais dinâmica, capacitando-os não apenas com conhecimento pronto para o mercado, mas também fortalecendo suas habilidades e criatividade para enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

Surgem programas e projetos com o intuito de incorporar as políticas dos organismos internacionais nos diversos países ao redor do mundo. Nesse contexto, no Brasil, foram implementados diversos programas, incluindo a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que foi delineada durante a Conferência Mundial de Jomtien em 1990. Sob o subtítulo "satisfazer necessidades básicas de aprendizagem", a declaração estabeleceu os requisitos essenciais para a sobrevivência, pleno desenvolvimento de potenciais, viver com dignidade, entre outros. Ao delinear essas necessidades, o documento salientou que a verdadeira aprendizagem implica "adquirir conhecimentos úteis, habilidades de raciocínio,

aptidões e valores". Portanto, enfatizou que a educação básica deve ser focada na obtenção efetiva de aprendizado, demandando sistemas de avaliação de desempenho (Libâneo, 2016).

Destacando a função compensadora da escola ao suprir as deficiências dos menos privilegiados, e por meio de programas abrangentes, busca-se incentivar as missões sociais. Como resultado, a ênfase na função do conhecimento, na aprendizagem escolar e no desenvolvimento da personalidade assume uma posição secundária, conforme apontado por Libâneo (2016).

Enquanto no Brasil, as posições expressas no documento da Conaei acerca da qualidade do ensino assemelham-se às perspectivas de alguns setores intelectuais na pesquisa em educação e nos formuladores de políticas educacionais oficiais. Estes, por sua vez, têm dificuldade em vincular a qualidade do ensino ao que ocorre efetivamente dentro das escolas e salas de aula. Além disso, desvalorizam, sobretudo, a importância do conhecimento escolar.

As políticas públicas para a educação, são um conjunto de Leis, programas e ações implementadas pelo Governo, que fomentam o acesso, a permanência e a qualidade da Educação para todos os cidadãos. Estas políticas devem abranger as dimensões necessárias para o bom funcionamento das instituições e sistema escolar como a regulação profissional, a regulamentação de programas e estratégias de apoio, a avaliação das ações e principalmente o financiamento da educação. (Gadelha, Mendes dos Santos, 2022, p.37).

Para esses segmentos, a escola é predominantemente vista como um ambiente de integração social e vivências socioculturais, negligenciando sua essencial função de proporcionar oportunidades às novas gerações de crianças e jovens, especialmente os menos favorecidos, para a aquisição consistente e efetiva de conhecimentos que capacitam o desenvolvimento dos processos de pensamento e a participação cidadã na vida social e escolar. Porém, Santos (2012) argumenta que, nos organismos internacionais, o progresso técnico e o capital humano são reconhecidos como elementos cruciais na disparidade entre as nações. Nos últimos anos, observa-se uma revisão da concepção de que o sistema educacional, isoladamente, possui o potencial para superar as desigualdades sociais. Essa perspectiva, anteriormente amplamente defendida na década de 1990, agora está em declínio.

Uma das orientações mais expressivas das atuais políticas do Ministério da Educação – MEC – é a proposta de escola de tempo

integral presente no documento Educação integral (BRASIL, 2009), divulgado como texto de referência para discussão. A proposta de educação integral, com ampliação da jornada escolar, parte do entendimento de que a escola precisa mudar seu papel convencional, assumindo outras funções não tipicamente escolares, ou seja, as funções de educadora e protetora. Nesse sentido, a educação integral é vista como um processo que abrange as múltiplas dimensões formativas do aluno, cujo objetivo é a formação integral numa jornada ampliada por meio da oferta de atividades diversificadas articuladas com o projeto pedagógico (Libâneo, 2016, p.49-50, apud BRASIL, 2009, p. 18).

Nesse modelo de ensino integral, as novas aulas de empreendedorismo, educação financeira, entre outras, não passam de tentativas de inserir os alunos no caminho do mercado, buscando deixar de lado disciplinas como história e geografia e diminuindo a ênfase na promoção de um olhar mais crítico.

Além de impactar as políticas educacionais internas do país, os organismos internacionais desenvolveram estratégias que comprometem o controle estatal, utilizando práticas de condicionamento de investimentos vinculadas às suas diretrizes educacionais. Um exemplo notório dessas abordagens é observado na utilização de mecanismos que buscam avaliar as condições da educação local, exemplificado pela realização de provas internacionais, a exemplo da prova do Programa de Avaliação Internacional de Estudantes – PISA, que se trata de:

uma avaliação de larga escala desenvolvida pela OCDE. As avaliações de larga escala não são uma ferramenta nova, o desenvolvimento e a evolução dos métodos avaliativos vão criando os conceitos hoje aplicados no programa (Felippe, 2023, p. 30).

Essas ações, ao condicionar o financiamento e recursos à aderência a padrões externos, podem impactar a autonomia do Estado na definição e implementação de suas políticas educacionais. Assim dentro de um contexto de mudanças na educação brasileira e com a necessidade do país de cimentar no cenário mundial e no mesmo sentido de propiciar dados de qualidade na educação, examinar com competência e tirar o melhor proveito das lições e implicações de políticas que procedam, ocorre a participação do Brasil no PISA.

O Programa propõe é avaliar o desempenho dos estudantes de 15 anos de idade em três áreas consideradas fundamentais: Leitura, Matemática e Ciências, com o objetivo de promover o desenvolvimento de cada país e obter indicadores dos sistemas educacionais dos países participantes. Através do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), o Brasil é o único país da América Latina que participa voluntariamente de todas as edições (Araújo, 2013).

Como complemento da avaliação, além das questões técnicas por área de conhecimento, incluem-se também um questionário socioeconômico, cujas respostas são consideradas na composição da pontuação final. A correção das provas é realizada por meio da Teoria de Resposta ao Item (TRI), e apenas alguns itens são divulgados publicamente para conhecimento geral (Araújo, 2013).

Nesse sentido, a capacidade de atender às diversidades presentes em cada região do país torna-se desafiadora, resultando em respostas muitas vezes insuficientes. Ao tentar homogeneizar os padrões avaliativos, as consequências negativas se destacam na qualidade educativa. Dessa forma, o próximo capítulo analisará a relação da aplicação das políticas educacionais estaduais com o enfraquecimento do interesse e da criatividade dos alunos.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E SUA RELAÇÃO COM O ENFRAQUECIMENTO DO INTERESSE E CRIATIVIDADE DOS ESTUDANTES.

Neste capítulo, foram abordados os aspectos mais relevantes relacionados às políticas públicas educacionais contidos nos referenciais teóricos analisados, dialogando com os resultados das entrevistas realizadas com os professores. A pesquisa realizada com docentes do ensino fundamental revelou a diminuição ou não do interesse e da criatividade dos estudantes. Desde o início deste trabalho, o objetivo é direcionar o estudo para compreender os alcances das implementações das políticas públicas educacionais, partindo de uma perspectiva global para uma abordagem local, evidenciando a intervenção dos organismos internacionais por meio de diferentes mecanismos.

Continuando da mesma maneira, considerar a escola como um espaço de proteção social e aprimoramento das diferenças e diversidades presentes seria reduzir esse ambiente a apenas um local para implementar projetos sociais governamentais, ações que buscam ser compensatórias e socioeducativas para reduzir a pobreza da população. No entanto, isso muitas vezes esquece de promover os conhecimentos, habilidades e atitudes que, por meio da aprendizagem, constituem o desenvolvimento do aluno como confirma (Libâneo, 2016).

Para promover melhorias na qualidade da educação no Brasil, é imprescindível a implementação de ações e instrumentos eficazes. Apesar de alguns esforços pontuais e iniciativas individuais, conduzidas por grupos de pesquisa comprometidos com a qualidade do ensino, ainda é necessário intensificar essas medidas de forma mais abrangente e coordenada (Araújo, 2013).

Além de regulamentar as formas de avaliação, as políticas públicas desempenham o papel de monitorar esses processos, sendo responsáveis por avaliar e aprimorar a qualidade da educação no país. Para tanto, são utilizados, dentre outras estratégias, programas nacionais, orientando para o fortalecimento, extinção ou criação de novas políticas internacionais de avaliação que servem como termômetro para os resultados das ações. Gadelha, Mendes dos santos (2022, p.37).

Assim as políticas oficiais para a escola em nosso país se apresentam hoje em duas orientações curriculares complementares, subordinadas à lógica das políticas de contenção da pobreza, atendendo às estratégias de manter a competitividade no contexto da globalização e da diversificação dos mercados.

Libâneo (2016, p. 12)

Desta maneira, evidencia-se que a escola possui uma convergência significativa de fatores quando se trata de políticas públicas. A busca notável por uma escola mais voltada para o mercado é mais evidente. Neste contexto educacional, a maneira em que novas matérias surgiram em detrimento de outras mais tradicionais, aonde os eixos fundamentais são o empreendedorismo e a educação financeira se evidencia a entrada dessa função na escola, como parte integrante na padronização do processo educativo em função de uma educação voltada para o mercado.

Como confirma Libâneo (2016). O estado procura uma educação com foco na empregabilidade. Assim, a escola que está desenhada no documento do Mec tem uma colocação de estratégia do Estado para a solução de problemas econômicos e sociais que possam vir a afetar a ordem política e social. Cabe então como crítica ao documento da mesma maneira esta estratégia é compatível com a visão do Banco Mundial e da Educação para Todos, que concebem a educação como uma oportunidade de empregabilidade e, ao mesmo tempo, como uma forma de redução da pobreza.

Embora com a chegada de um governo com propostas diferenciadas, as políticas educacionais não apresentam um cambio significativo. Desta maneira se pode afirmar que:

No que se refere à área de educação, o Governo Lula vem implementando a mesma pauta apresentada pelo BM [Banco Mundial] e FMI [Fundo Monetário Internacional] ao longo da década de 1990: a) investimento mínimo no combate ao analfabetismo, no financiamento da educação fundamental e do ensino médio; b) diversificação das fontes de financiamento da educação superior e, c) abertura do setor educacional, especialmente da educação superior, para a participação das empresas e grupos estrangeiros, através da educação superior à distância. Moreira e Candida de Oliveira (2011, p.94, apud LIMA, 2004, p. 4)

O debate a respeito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foi iniciado ainda sob a gestão do Partido dos Trabalhadores, tendo se intensificado durante o governo de Dilma, culminando com a sua aprovação, após o golpe, no governo de Temer. Esta aprovação, desconectada do diálogo ampliado e feita a luz de um governo de exceção, dá o tom de como o pensamento neoliberal processa mudanças conjunturais. Mais que isso, como evidenciado por Libâneo (2016), a visão neoliberal da educação, está centrada em resultados e manifesta-se por meio da definição de metas de competências, transmissão de conteúdos padronizados,

mecanização do processo de aprendizagem, orientação a preparação para avaliações, negligenciando as particularidades psicológicas, sociais e culturais dos alunos. Adicionalmente, não leva em conta as práticas socioculturais que permeiam o ambiente social dos estudantes, assim como o contexto histórico e os diferentes níveis de tomada de decisão no âmbito curricular. Essas ações, quando ocorrem, se dão a partir de iniciativas individuais isoladas, muitas vezes fruto de uma formação mais sólida ou da formação política pessoal das pessoas envolvidas.

Visando ampliar o número de profissionais “engajados”, o Governo do Paraná, a exemplo de São Paulo e outros estados, instituiu um projeto de lei que propõe um bônus em dinheiro para os funcionários de colégios da rede estadual que atingirem metas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). De acordo com Estany (2011, tradução nossa), para além da visão neoliberal e quantitativa da educação, é necessário levar em consideração os aspectos relacionais, o contexto, o grupo e as influências culturais e sociais nos quais a pessoa está imersa e com as quais interage. Não se deve limitar à consideração somente dos aspectos e processos cognitivos, do mundo afetivo e motivacional, na exploração e promoção da criatividade. As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar.

Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra (SANTOS, 1978, p. 51).

Neste sentido, a capacidade das ações em determinado lugar não implica uma relativa proximidade do lugar da sua concepção, assim desenvolve-se mecanismos que auxiliam na aplicação de medidas que se buscam implantar externamente. Assim que organismo como o FMI, Banco Mundial, entre outros aumentam o seu controle com os países subdesenvolvidos, na busca por padronizar os padrões educativos da educação e assim aumentar o seu controle. Dessa forma, as políticas públicas educacionais executadas pelo governo não são mais que formas que favorecem no estabelecimento de medidas para o mercado, no detrimento da qualidade educacional.

Portanto, a sociedade na qual está sendo implementada busca reagir a aquilo que foi estabelecido e que não tem uma representação própria, o que dificulta

ainda mais a visibilização dos conceitos apropriados no decorrer de sua experiência escolar. Porém, na luta continua para o melhoramento tanto das suas condições quanto às de seus estudantes.

Neste processo de estabelecimento do modelo educacional vigente, as peculiaridades de cada comunidade e as características individuais dos alunos não recebem a devida valorização. Isso, na prática, resulta em uma desconexão evidente entre os estudantes e a rotina escolar.

A criatividade não pode ser observada e analisada apenas como uma característica interna da pessoa, mas também em relação e interação com o sistema social mais amplo, respeitando o contexto no qual a pessoa vive e se desenvolve (Estany, 2011, p.12, tradução nossa).

A fim de evidenciar os impactos da implementação das políticas públicas educacionais e compreender as diversas perspectivas dos educadores acerca do baixo interesse dos alunos nas aulas, foram elaboradas dez perguntas direcionadas ao público-alvo. O objetivo foi identificar as possíveis causas e consequências das políticas públicas educacionais presentes no contexto escolar. A seguir, relata-se e analisam-se as experiências obtidas. Assim, os Formulários foram criados com o propósito de alcançar o seguinte objetivo: Compreender as causas que acentuam a perda do interesse de estudantes da Educação Básica no atual modelo da sala de aula das escolas públicas do Estado de Paraná.

4. METODOLOGIA DO TRABALHO

4.1 Análise das entrevistas sobre a falta de interesse e criatividade dos alunos na sala de aula.

O trabalho consiste em uma Pesquisa Bibliográfica e Documental (GIL, 2002). Inicia-se utilizando autores que pesquisam os impactos que as atuais políticas educacionais têm causado na educação pública. Na sequência, avança-se na Pesquisa Documental a respeito de um breve histórico das normativas que tem sido impostas aos profissionais da educação na América Latina, com ênfase no Brasil e no Estado do Paraná.

A pesquisa bibliográfica se refere a diferentes contribuições de autores sobre o tema, sendo elas fontes secundárias, como o afirma Jackson Ronie, Cristóvão Domingos e Joel Felipe (2009, p.5) apud Oliveira (2007): A pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. Como característica diferenciadora ela pontua que é um tipo de “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica”

Por fim, será aplicado um questionário a professores da Rede Estadual de Educação do Paraná, com o intuito de entender os limites impostos pelas últimas políticas públicas impostas pelo governo do estado por meio da Secretaria Estadual de Educação (SEED-PR). A metodologia empregada na aplicação do questionário foi a bola de neve, definida por Vinuto, (2014), como um tipo de amostragem não probabilística, que utiliza cadeias de referência.

Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados. A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise (VINUTO, 2014).

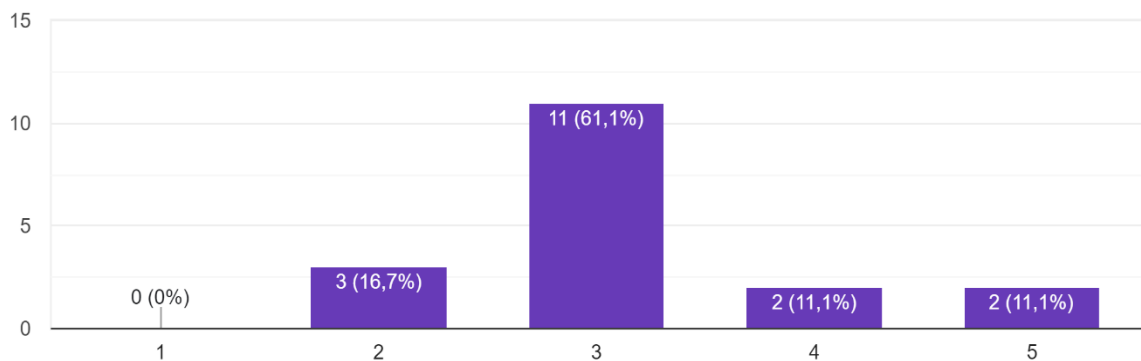
A metodologia denominada Bola de Neve, pode ser melhor compreendida ao analisar os trabalhos de: (BIERNACKI; WALFORD, 1981), (FLICK, 2009) e (BALDIN, e MUNHOZ, 2011), entre outros.

Na sequência inicia-se a análise das respostas dos respondentes conforme apresentado no Gráfico 1, a escala de valor varia de 1 a 5, no qual 1 representa o nível de desinteresse dos alunos na sala de aula e 5 representa o nível de interesse. Ao analisar o gráfico, observa-se que a maioria dos professores entrevistados indicou um interesse intermediário em suas aulas.

Gráfico 1. Interesse dos Alunos nas Aulas; sendo 1 (Baixo) e 5 (Alto).

1. De modo geral, como você classificaria o interesse dos seus alunos nas aulas?

18 respostas



Do autor 2024.

Entretanto, é interessante notar que, ao contrário do esperado a priori, a maioria dos professores relatou um interesse contínuo por parte dos estudantes em suas salas de aula, embora apenas 11% dos participantes tenham respondido que seus alunos estão envolvidos na maior parte do tempo. Pesquisas como a de Menárguez (2019, p. 1), pontuam que, “aos seis anos, quando iniciam a escola, o interesse das crianças em frequentar a escola é de 99%; no entanto, ao chegarem ao ensino médio, aos 15 anos, esse entusiasmo despenca para 32%”.

Independentemente da abordagem pedagógica utilizada é no processo de aprendizagem que ocorre a obtenção dos valores, atitudes, conhecimentos e habilidades esperadas pela sociedade, seja por meio do estudo individual ou coletivo, do ensino formal, informal ou por meio da experiência. Assim, para que haja a construção do conhecimento, um conjunto de situações precisa ser

respeitado, entre essas situações o engajamento para a aprendizagem, ou em outras palavras, o desejo de aprender precisa minimamente existir. O professor, via de regra, possui ferramentas para auxiliar o aluno a participar desse processo, mesmo considerando que existem fatores envolvidos tanto externos (físicos e sociais) quanto internos. Uma das formas de fazer isso é não anular os conhecimentos prévios e sim utilizá-los como ponto de partida para a aquisição e compreensão da realidade. (Tabile; Jacometo, 2017).

Na atualidade o volume de preocupações e de situações motivadoras para a falta de atenção e interesse dos alunos nas aulas é enorme. Somado a isto, de acordo com Moraes Varela (2007), os alunos frequentemente não percebem o valor dos trabalhos escolares, o que resulta em uma falta de compreensão da relação entre o aprendizado e seu futuro profissional e pessoal. Conseqüentemente, muitas vezes, não se envolvem adequadamente no trabalho. Nesse sentido, proporcionar formas alternativas de motivação deveriam receber uma atenção mais cuidadosa por parte das pessoas envolvidas, devido a sua importância para o desenvolvimento cognitivo individual e coletivo (Moraes Varela, 2007).

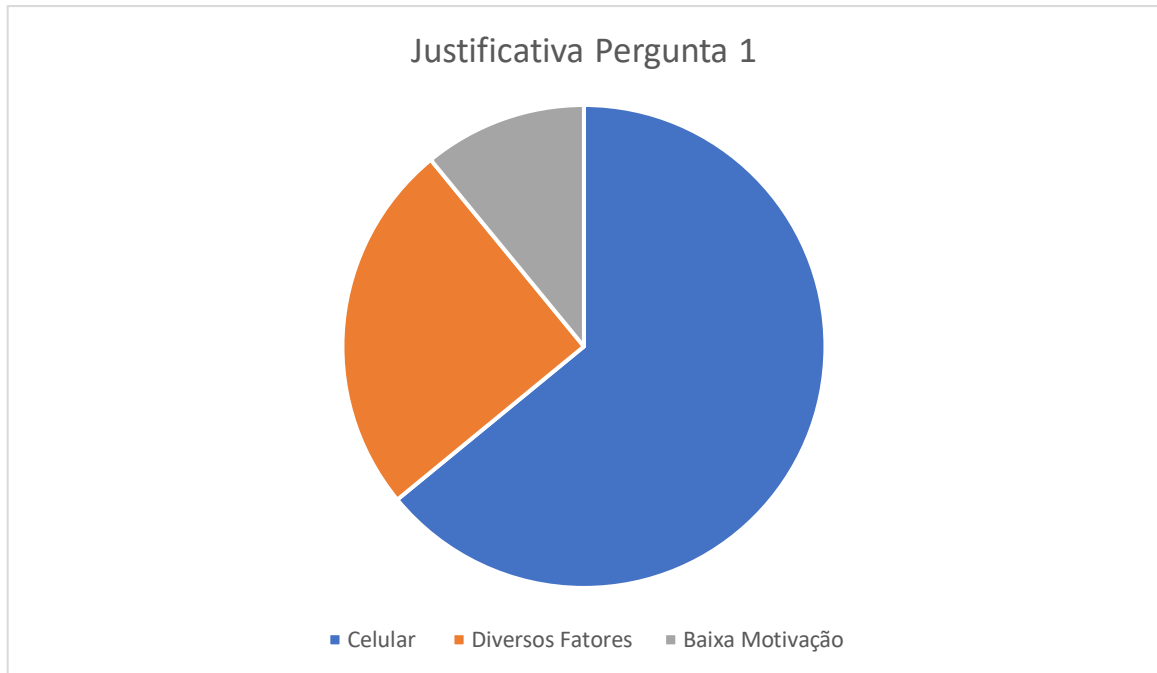
Ao considerar que existem fatores internos e externos aos processos de ensino e de aprendizagem que influenciam direta e indiretamente no interesse e na criatividade do estudante em aprender, a forma ou as formas como esses se dão são imprescindíveis para o sucesso final da ação. Considerando que são as políticas públicas educacionais, as responsáveis por modelar esses processos, estas exercem forte influência no baixo interesse generalizado dos alunos. Deixar a cargo somente do professor a tarefa de instigar os alunos a aprendizagem com as ferramentas que cada um possui é apostar na incerteza dos resultados. Na sequência avança-se na análise dos dados a fim de compreender melhor como os professores individualmente tem lidado com estas questões.

Analisando a justificativa da questão 1, representada no Gráfico número 2 a seguir, percebeu-se que a maioria dos participantes acredita que o baixo interesse dos alunos refere-se à alta utilização de seus aparelhos celulares dentro da sala de aula, alegando assim que a maioria dos alunos está dispersa na sala de aula devido às novas tecnologias, colocando no eixo as questões sobre as redes sociais e os aparelhos na sala de aula.

Os demais participantes optaram por diversos fatores, tais como falta de ligação no conteúdo, intermitência dependendo da turma, indisciplina, redução de

aulas e idade. Outros participantes alegaram que a baixa motivação é um fator importante. Isso permite observar que os professores reconhecem sua importância na motivação e no estímulo para que o aluno se sinta interessado pelas suas aulas.

Gráfico 2. Justificativa frente ao Interesse dos Alunos nas Aulas.



Do autor, 2024.

Recentemente, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro decidiu seguir a orientação de outras cidades importantes do país, proibindo o uso do aparelho celular em sala de aula e estabeleceu a regulamentação para seu uso apenas antes do início da jornada e após a finalização dela, ou quando seja autorizado pelo docente. De acordo com a nota da prefeitura, a medida visa alinhar a “cidade do Rio de Janeiro com países que já decidiram estabelecer as proibições como França, Holanda, Inglaterra, Portugal e Estados Unidos’ (BRASIL, 2024).

A vasta utilização de dispositivos móveis na educação traz à tona uma preocupação com a sua forma de organização. Alguns pesquisadores

analisam que a tecnologia móvel deve ser utilizada de maneira efetiva, determinando uma estrutura de mediação entre aluno x dispositivo = conteúdo x aprendizagem, resultando na conexão entre a educação x tecnologia x comunicação. Esta interação, utilizando a tecnologia móvel, entre professores e alunos e alunos entre si deve ocorrer de maneira didática, baseada na mediação entre a comunicação do aluno com o dispositivo, os conteúdos elaborados pelos professores e as

plataformas de estudo virtual (FARIAS; SILVA, 2020, p. 13).

No entanto, para outros pesquisadores, a utilização do aparelho celular poderia auxiliar no desenvolvimento da aula de uma forma mais didática, desta maneira empolgar os alunos nos conteúdos estabelecidos.

A forma como se controla o uso do aparelho em sala de aula, permite sua utilização como ferramenta que facilita a inserção mais tranquila nos diferentes conteúdos, embora, segundo Moraes Varela (2007), uma boa parte dos professores enfrenta desafios. Algumas vezes, o professor prepara atividades com o fim de deter a atenção dos alunos, incentivando-os a buscar, por meio da motivação, as informações necessárias, porém, nem sempre alcança o envolvimento esperado. Dessa maneira, é difícil pensar em um controle efetivo quando os aplicativos são de livre acesso e estão a um clique das redes sociais, onde as recompensas para o cérebro são imediatas.

Assim, para Zuin V. G. e Zuin A. Á. (2020), em referência à esfera educacional, o vício do aparelho não é apenas dos alunos, que cada vez mais os utilizam dentro e fora da sala de aula, mas também dos professores e das pessoas de uma maneira geral. Nesse sentido, já existem casos em que os professores permanecem nas cadeiras do fundo da sala de aula e acessam suas redes sociais por meio de seus celulares, deixando de lado a atenção voltada para a exposição de seus alunos durante os seminários nas universidades, por exemplo.

Assim, a prática docente tem uma nova dinâmica, na qual os 'computadores de bolso e de mão' (celulares, notebooks e tablets) se incorporaram à rotina escolar, estando sujeitos a críticas tanto de docentes quanto de famílias, questionando se estão sendo aproveitados de maneira positiva ou negativa nas escolas conforme afirmam Farias e Silva (2020). No entanto, já é uma realidade que a maioria dos alunos possui à sua disposição uma ampla variedade de aparelhos tecnológicos, cabe aos professores, procurar um melhorar o aproveitamento destas tecnologias para as suas aulas e as políticas institucionais garantirem isso com a possibilidade de limitação quando o uso for demasiado preocupante.

No Gráfico número 3 a seguir, na escala de valor de 1 (inadequado) a 5 (adequado), podemos observar que, na visão dos professores, as políticas públicas adotadas pelo Governo Estadual em relação à educação pública nos últimos anos são, em sua maioria, percebidas como inadequadas, embora a maioria dos

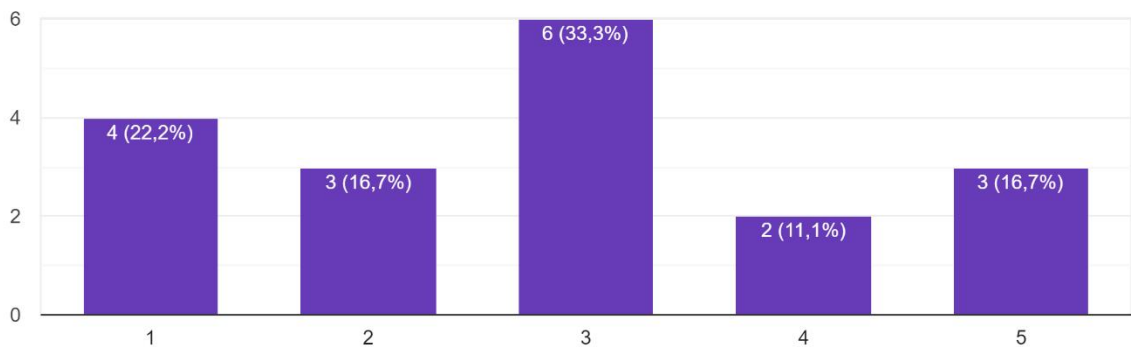
professores, se colocarem em posição de neutralidade, na escala 3, sem evidenciar uma adesão adequada ou inadequada a essas políticas. O gráfico revela ainda, tendo como base as escalas 1 e 2, uma baixa aceitação das políticas educacionais propostas. Por outro lado, revela um dado preocupante, uma parte considerável dos participantes incluídos nas escalas 4 e 5, se posicionaram favoráveis as atuais políticas públicas educacionais. Isto demonstra de um lado, desconhecimento do quanto estas tem afetado a rotina escolar paranaense nos últimos anos e por outro, mais preocupante ainda, não apenas aceita, mas concorda com as medidas de precarização do trabalho docente adotadas pelo Estado e tuteladas pelos Núcleos Regionais de Educação.

Gráfico 3. Políticas Públicas Adotadas pelo Governo Estadual; sendo 1(Baixo) e 5(Alto).

Do

2. Como você vê as políticas públicas adotadas pelo governo estadual em relação à educação pública nos últimos anos?

18 respostas



A adesão do Brasil e do Estado do Paraná as políticas neoliberais têm um longo e difícil histórico de adequações. Aproximadamente, desde a década de 90, de acordo com Nogueira et al. (2001), as sucessivas presidências, cada uma a seu ritmo, tem adotado essas políticas no setor da educação de todo o país. Da mesma forma, o Paraná;

“implementou programas como o PROEM (Programa Expansão Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná) ou o PQE (Programa no Ensino Público do Paraná), seguindo as orientações do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).” O Banco Mundial vinculou de forma decisiva as mudanças macroeconômicas ao financiamento para a educação escolar básica, mostrando que a melhoria na educação escolar promoveria a igualdade social e conseqüentemente a estabilidade macroeconômica”

(NOGUEIRA et al., 2001, p. 131).

No entanto, essas possibilidades de mudanças, ao estarem vinculadas as políticas que os organismos internacionais propõem, também ficam à disposição desses, o que concerne as medidas adotadas enquanto a políticas públicas educacionais. Ou seja, para determinado país ou estado, acessar certas vantagens ofertadas pelos organismos internacionais, este governo precisa se alinhar aos interesses hegemônicos, condicionando, por exemplo, a concessão de empréstimos a partir de resultados das políticas educacionais implantadas. Assim, segundo Nogueira et al. (2001, p. 159), 'a preocupação com o atraso educacional está centrada no controle da população e no retorno da produtividade e dos lucros para a economia'.

Análise semelhante, pode ser encontrada nas pesquisas de Libâneo (2016, p. 52), quando aponta que as “ações governamentais são direcionadas ao alívio da pobreza por meio de políticas públicas de inclusão social, especialmente de grupos em situação de vulnerabilidade e risco social'. Dessa maneira, a educação é vista, pelos neoliberais, como uma forma de preparar as pessoas para as adversidades, tornando-as resilientes, mas dóceis, com conhecimento suficiente apenas para ampliar e baratear a produção no futuro, deixando de lado a busca pelo conhecimento e pelo pensamento crítico. Neste contexto, o professor figura como o ponto central das demandas das políticas públicas educacionais, sobre ele incidindo a maioria, se não toda, a responsabilidade não apenas pelo processo pedagógico, mas também pelo controle imposto sobre as suas aulas e sobre a turma como um todo. Tais abordagens adotam métodos que não favorecem uma visão humanizada do ensino, mas sim uma perspectiva quantitativa da educação.

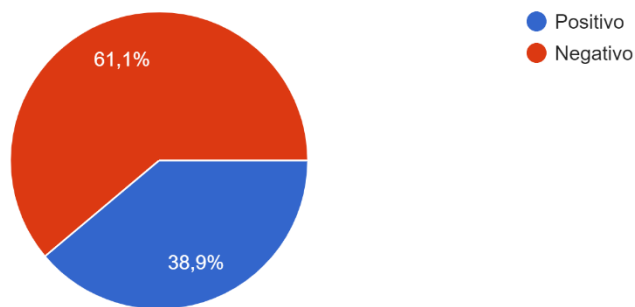
Os cursos de educação continuada são recursos essenciais para incentivar a melhoria das metodologias utilizadas em sala de aula. No entanto, muitas vezes, a necessidade primordial da escola não é devidamente considerada. Os processos educativos não devem ser compartimentados; a qualidade do corpo docente deve ser acompanhada por políticas educacionais que promovam a valorização tanto do conhecimento quanto da profissão docente, bem como da oferta de uma estrutura física e social que permita a construção de conhecimentos em um ambiente saudável de aprendizagem. Dessa forma, é possível alcançar uma educação de melhor qualidade, que atenda às necessidades sociais e permita que a

escola se consolide como um verdadeiro centro de conhecimento, respeitando suas particularidades.

Gráfico 4. Políticas Públicas Adotadas e o Impacto.

3. Você acredita que essas políticas públicas tiveram um impacto positivo ou negativo na qualidade da educação? Por quê? Justifique-o na sequência, por gentileza.

18 respostas



Do autor, 2024.

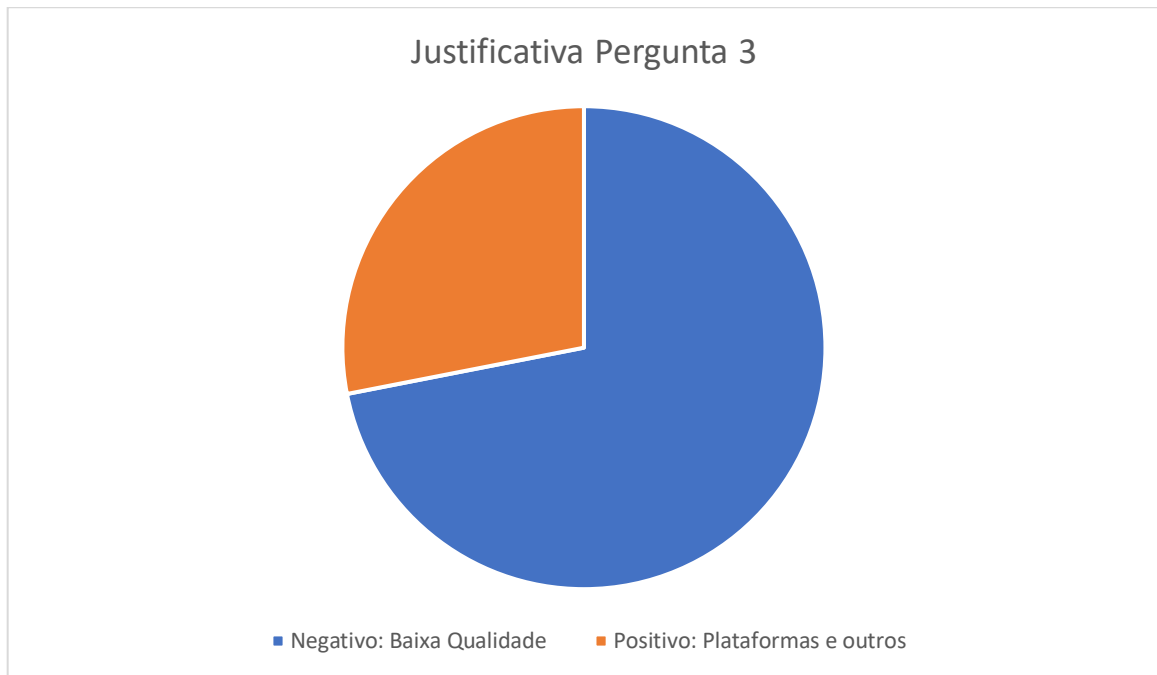
O Gráfico 4 proporciona uma representação mais clara das percepções dos participantes em relação à rotina escolar e ao impacto das políticas públicas adotadas pelo Governo. Em sua maioria, os participantes acreditam que tais políticas têm um efeito negativo na educação em geral totalizando 61% das respostas. Isso se reflete em uma carga laboral mais intensa, com o aumento do número de alunos por sala de aula e a redução dos salários e dos direitos trabalhistas dos docentes.

A quantidade de participantes que defendem as políticas volta a assustar, somando-se 38,9% das respostas. O que, como já indicado pode significar desconhecimento, mas também pode ser apoio mesmo, situando esses professores mais à direita na política estadual e provavelmente nacional. É difícil compreender esse número tão expressivo por se tratar de pessoas que, não estão alienadas fora da escola, sendo manipuladas pelas propagandas do governo, estão ali, no chão da escola, experimentando e visualizando os males causados a curto, médio e a longo prazo. Para buscar uma melhor compreensão dos dados apresentados, solicitou-se aos respondentes uma justificativa acerca da sua posição sobre esta questão. A justificativa solicitada, sobre a questão anterior é definida de uma maneira mais

precisa com o Gráfico 5 a seguir.

Na sua maioria, as políticas educativas adotadas pelo governo são percebidas de forma negativa pelos participantes. Para eles, essas políticas tornam o ensino mecanicista e condicionam a aprovação dos alunos sem muitos requisitos escolares, o que aumenta ainda mais o problema da qualidade educativa.

Gráfico 5. Justificativa sobre as Políticas Públicas Adotadas e o Impacto.



Do autor, 2024.

Neste mesmo sentido, a falta de investimento e a sobrecarga de trabalho burocrático e de disciplinas provenientes dessas novas políticas educacionais do governo não ajudam na necessidade de melhorar não apenas a qualidade educativa, mas também os salários dos professores e a infraestrutura educacional. Assim, para a maioria das escolas, algumas das novidades instituídas pelo Governo do Estado do Paraná, sobretudo durante e após a pandemia da covid-19, tem se tornado um martírio burocrático e controlador para toda a comunidade escolar.

A adoção do E-Protocolo, por exemplo para toda e qualquer ação junto as escolas têm diversos problemas, além de fluxos extensos e morosos. A imposição de slides prontos pela SEED-PR é outro problema grave que vem retirando, dia após dia, a autonomia dos professores, dificultando o planejamento e limitando a execução da sua própria aula.

A imposição de aulas e materiais prontos e o excesso de controle por

meio do Registro de Classe Online (RCO) restringe a análise do processo educativo a uma perspectiva estritamente estatística, com resultados quantitativos. Nesse contexto, a pesquisa revela a limitada visibilidade que os docentes têm na formulação das políticas públicas educacionais, mesmo estando inseridos no contexto dos resultados disso. Cabe à sociedade reconhecer e valorizar o trabalho dos professores, promovendo a busca constante pela melhoria da qualidade do ensino. Isso implica na necessidade de políticas públicas educacionais que estejam alinhadas aos interesses da população, visando a formação de cidadãos críticos em relação às suas realidades.

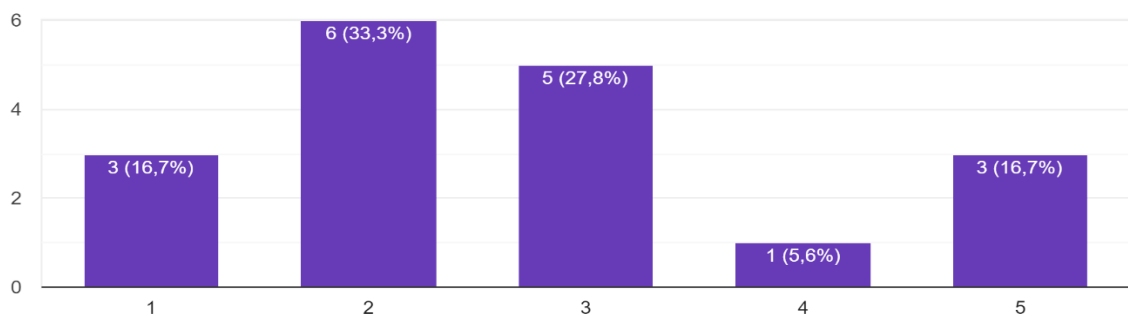
No Gráfico 6 a seguir, observa-se que a maioria dos professores expressa satisfação com a utilização de metodologias inovadoras. Na escala de valor do Gráfico, no qual o uso de metodologias inovadoras frequentemente é representado como 1 e o número 5 como raramente uso metodologias inovadora. Assim fica evidente a busca constante dos professores por aprimorar seu labor docente no dia a dia. De acordo com Moran (2015), em algumas escolas, há uma expectativa por resultados previsíveis, assim como métodos padronizados para o ensino e avaliação, ignorando a necessidade de uma sociedade do conhecimento baseada em competências sociais, pessoais e cognitivas. Essas competências não podem ser adquiridas de maneira convencional e demandam atitudes como proatividade e colaboração.

Gráfico 6. Esforço com Metodologias Inovadoras; sendo 1(Baixo) e 5 (Alto).

Do autor, 2024.

4. Até que ponto você se esforça para envolver os estudantes por meio de metodologias inovadoras?

18 respostas



Entretanto, a jornada na pedagogia não se encerra com o fornecimento de conteúdo aos alunos; é um aprendizado diário em que os professores também aprendem com seus alunos. Contudo, reconhece-se que certos

conhecimentos podem ser desafiadores de serem transmitidos por meio de metodologias ativas.

Nesse contexto, é crucial que as metodologias estejam alinhadas com os objetivos desejados. Se a intenção é promover a proatividade dos alunos, é necessário empregar metodologias que os envolvam em atividades progressivamente desafiadoras, possibilitando que tomem decisões e avaliem os resultados com a ajuda de materiais (Moran, 2015).

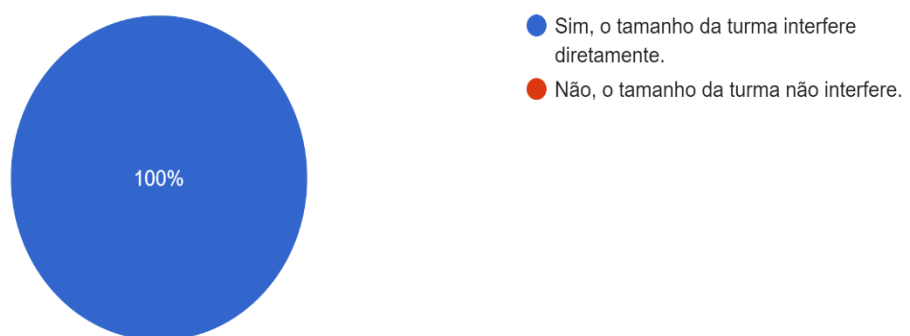
Da mesma forma, é crucial que os professores adotem metodologias que facilitem a incorporação efetiva das tecnologias nas salas de aula, possibilitando a abordagem de conteúdos de maneira digital. A busca pela ativação do interesse dos estudantes deve incluir a criação de espaços que incentivem o uso de tecnologias, promovendo assim um ambiente propício ao aprimoramento do ensino e da aprendizagem.

Conforme ressaltado por Moran (2015, p. 16) O que a tecnologia traz hoje é integração de todos os espaços e tempos. O ensinar e aprender acontece numa interligação simbiótica, profunda, constante entre o que chamamos mundo físico e mundo digital. Da mesma forma é importante aproveitar as possibilidades que trazem as novas tecnologias buscando assim as novas interações nesta era digital.

Gráfico 7. Tamanho da Turma.

5. O tamanho da turma pode influenciar no interesse, na criatividade e na aprendizagem dos alunos?

18 respostas



Do autor, 2024.

No Gráfico 7, todos os participantes consideram que o tamanho da turma influencia o interesse, a criatividade e a aprendizagem dos alunos. Este é o ponto mais claro, evidenciando a precarização resultante das políticas públicas

educacionais aplicadas nos últimos governos e a intervenção de organismos internacionais na avaliação da qualidade educativa em países ainda não desenvolvidos. Mas por que raramente se ouve falar disso nas reuniões entre professores, entre os chefes de Núcleos e nas pautas dos sindicatos?

No artigo "Dever da escola" (2021). Afirma-se que além do período da pandemia, na sala de aula o grande número de alunos sempre apresentou uma dificuldade maior para os professores sendo assim uma das principais causas de estresse na educação básica, público ou privado. Assim com um número maior de estudantes por aula, a dificuldades para o educador aumenta e o aprendizagem a aprendizagem dos discentes diminui. Desta maneira a sala de aula se torna um entorno difícil tanto para estudantes quanto para professores o que aumenta numa diminuição tanto da qualidade do aprendizado e a abrangência que poderia ter o professor na sala não pode ter a mesma capacidade num ambiente lotado o que contribui para a baixa atenção e a capacidade do professor no manter a ordem.

A redução do investimento na educação e a busca pelo lucro no setor, quando observados a partir da perspectiva de mercado, revelam a intenção de aumentar a carga docente sem necessariamente elevar os salários. Nesse contexto, busca-se ter mais alunos por turma para reduzir a necessidade de professores, minimizando, desta maneira, os investimentos em contratação e em infraestruturas escolares. É importante frisar que, nas últimas décadas o número de filhos por casal vem diminuindo consideravelmente, o que faz com que essa política de corte de investimentos na educação pública vá na contramão da necessidade das famílias brasileiras hodiernas. Salas com menos estudantes poderia gerar um ambiente mais propício para os processos de ensino e principalmente para a aprendizagem, já que este, apesar de ocorrer do plano social para o individual, carece de um ambiente salutar para o desenvolvimento cognitivo. Dessa forma, em um número menor de estudantes, os indivíduos mais experientes, auxiliam os menos experientes, possibilitando que estes se apropriem das significações culturais. Compreende-se que a construção do conhecimento se dá de maneira compartilhada, trazendo importantes implicações para a educação (Tabile; Jacometo, 2017).

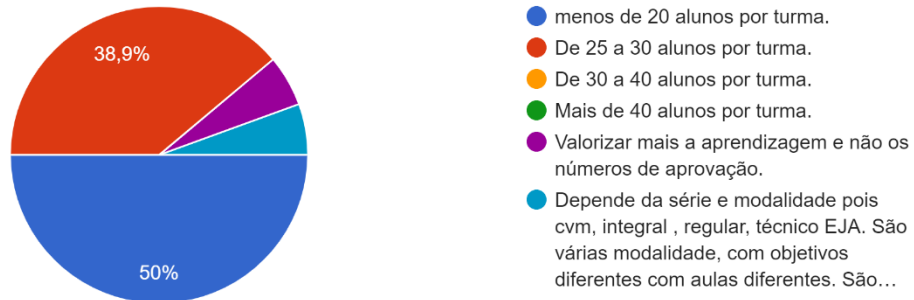
No gráfico 8 a seguir, aprofunda-se a análise para compreender melhor a importância do quantitativo de estudantes por turma.

Gráfico 8. Modelo Estrutural da Escola

Do autor, 2024.

6. O atual modelo estrutural da escola está associado à perda de interesse dos estudantes na sala de aula. Na sua opinião, qual seria o número ideal de alunos por sala de aula?

18 respostas



O modelo ideal de alunos por sala de aula para a maioria dos professores seria de menos de 20 alunos por turma, conforme representado pela 50% dos respondentes. Nesse sentido, quase 90% dos participantes confirmam que o número ideal de alunos por sala de aula é de menos de 30, o que vai de encontro às políticas públicas de educação adotadas nos últimos anos. Nas escolas e colégios, são alocadas salas com 40 alunos ou mais, o que prejudica a qualidade educativa e o controle de sala e do aprendizado que o professor poderia ter em sala de aula.

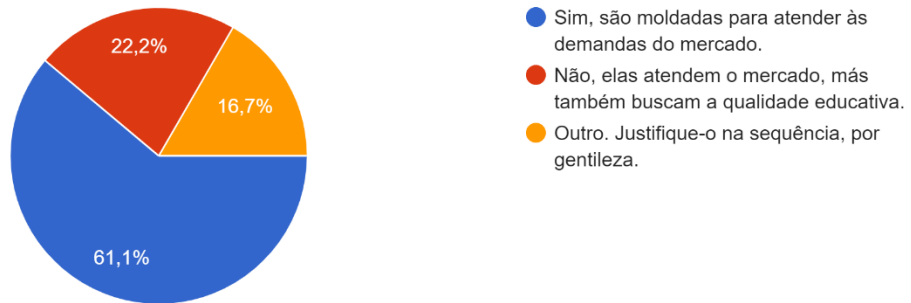
A sociedade de hoje está marcada pelos avanços científicos, e em um mundo de constantes mudanças, a profissão docente não foi exceção. Assim, os profissionais da educação, em alguns casos, têm dificuldade em se adaptar aos novos avanços do mundo. Desta maneira, torna-se ainda mais complexa a formulação de atividades que atendam a um público muito mais diversificado. Além disso, com o aumento do número de alunos em sala, as possibilidades de desenvolver metodologias que auxiliem no aumento do interesse dos estudantes tornam-se ainda mais difíceis para o professor, tanto em termos de controle da sala quanto na correta aplicação das atividades.

Da mesma forma, as atuais políticas educacionais, ao permitirem o aumento do número de alunos por sala de aula através da junção de turmas, intensificam suas demandas. O resultado desse cenário é que o professor vê reduzida sua capacidade de atender individualmente os alunos, o que compromete seriamente a qualidade do ensino.

Gráfico 9. Priorização do Mercado.

7. Em sua opinião, as políticas públicas educacionais do governo do estado tem priorizado o mercado em detrimento da qualidade do ensino?

18 respostas



Do autor, 2024

De acordo com o Gráfico 9, as políticas públicas educacionais do estado priorizam, em sua maioria, o mercado. A maioria dos entrevistados coincide em que essas políticas são moldadas para atender às demandas do mercado. Isso é refletido no contínuo discurso sobre a melhor qualidade da educação privada em comparação com a pública e na busca por obter mais lucros na educação. Por outro lado, o eixo fundamental dessas políticas educacionais é graduar estudantes com o mínimo necessário para ingressar no mercado de trabalho, sem fornecer as ferramentas necessárias para desenvolver uma atitude crítica em relação ao mundo em que vivem.

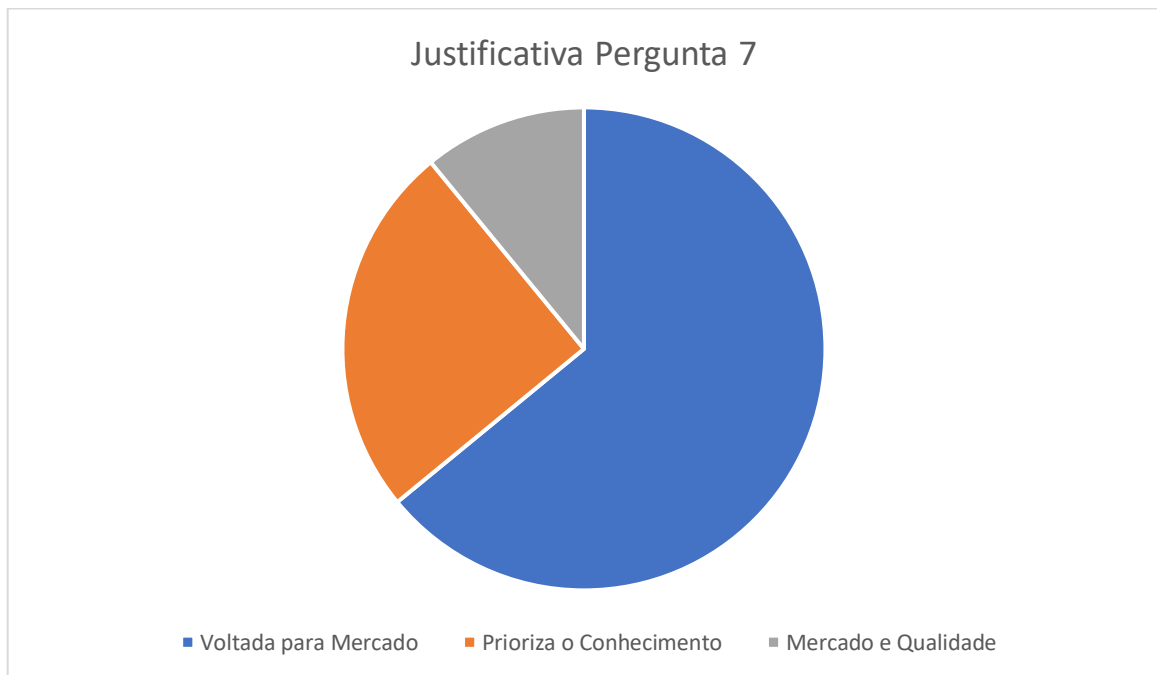
De acordo com Fonseca Ruppel Lima (2023), por meio do discurso da qualidade da educação pública, permeia-se a participação dos empresários nela mesma, proporcionando um novo perfil e configurando a exigência de produtividade, comparando assim, a educação com outros segmentos da sociedade.

Outro dado que chama a atenção é a análise das respostas do quantitativo de professores que mantem sua concordância com as políticas em curso. Cerca de 22,2% aceitam que, de fato as políticas visam atender ao mercado, mas sustentam que, apesar disso, estas matem sua qualidade educativa. É possível constatar, pelo conjunto de respostas que cerca de 30% dos participantes são professores com tendências políticas de direita, portanto, alinhados as políticas neoliberais.

É importante lembrar que, a busca constante pela privatização da educação tem sido fundamentada na alegação de baixo nível do rendimento dos

estudantes, na maioria das vezes, culpabilizando a figura do próprio professor. O discurso do mercado pretende que, por meio da privatização e através de indicadores de resultado, a educação da sociedade melhore. Mesmo que estas escolas, que não têm um bom desempenho, deixem de existir devido às políticas educacionais desenhadas erroneamente, prejudicando assim gravemente o desenvolvimento do ensino.

Gráfico 10. Justificativa da Priorização do Mercado.



Do autor, 2024.

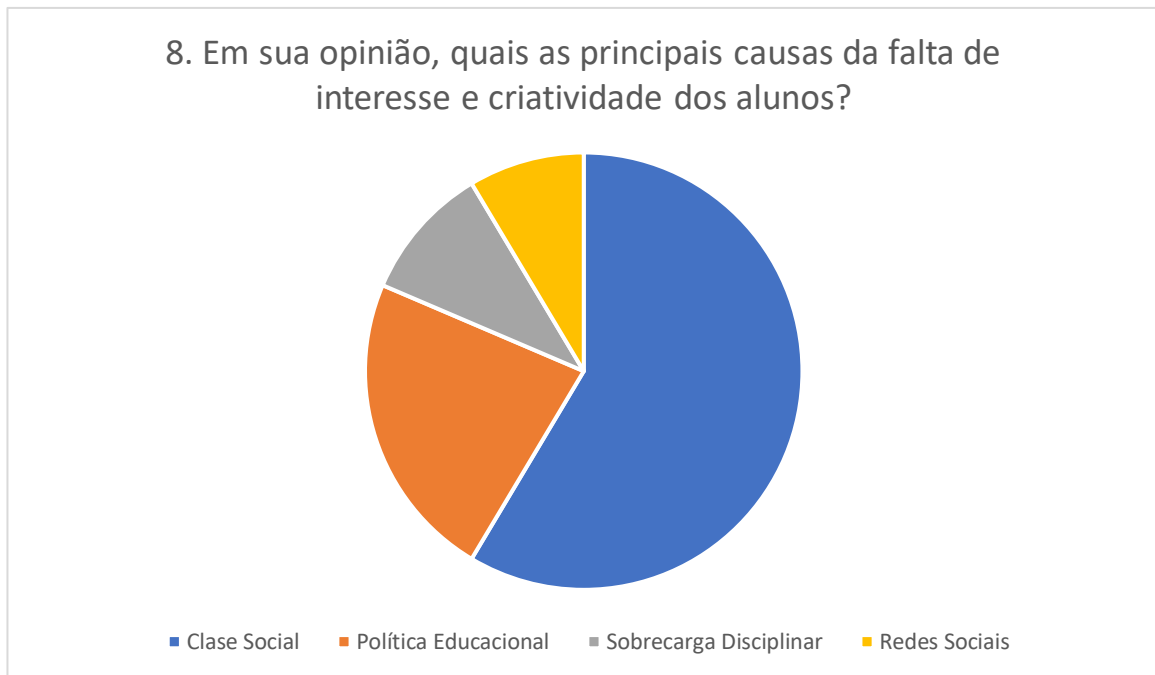
O Gráfico 10 mostra as justificativas sobre o fato de as políticas públicas educacionais priorizam o mercado em detrimento da qualidade do ensino. Nesse sentido, a maioria concorda que as políticas educacionais estão direcionadas para o mercado. Pode ocorrer que, na maioria dos casos, os governos priorizem as estatísticas sem investigar profundamente o cerne do problema.

Assim, mesmo que as estatísticas não reflitam a realidade das políticas educacionais, a educação volta a se tornar um mecanismo do neoliberalismo, direcionado para o benefício dos grandes empresários. Dessa maneira, o sentimento geral dos professores é que a prática docente em sala de aula está se tornando cada vez mais difícil a cada dia.

A escola acaba seguindo uma temática pré-estabelecida, industrial, sem a participação efetiva da comunidade escolar. Mesmo assim, há ainda uma

quantidade significativa de professores que defende as atuais políticas públicas educacionais estaduais. Para eles, embora essas políticas priorizem o mercado, elas contribuem efetivamente na formação de alunos para ingressar no mercado de trabalho. Porém acreditam também que, mesmo para o mercado de trabalho, a escola atual não tem conseguido dar conta de formar mão de obra adequada.

Gráfico 11. Principais Causas da Falta de Interesse e Criatividade.



Do autor, 2024

A falta de interesse e criatividade nos alunos, segundo os resultados do Gráfico 11, tem como principais causas os diversos impactos socioeconômicos e socioculturais, advindos da classe social dos estudantes e suas famílias e também por conta das precarizações impostas pelas últimas políticas educacionais. Estas são seguidas pela sobrecarga de disciplinas e pelo uso excessivo de tecnologias e redes sociais. Nesse sentido, para os entrevistados, diferentes fatores estão entre as principais causas da falta de interesse e criatividade, sendo a classe social um dos fatores influentes principais. As justificativas para essa questão incluem principalmente fatores econômicos, ambiente familiar difícil, falta de incentivo dos pais, pouca valorização do ensino, falta de estrutura familiar, entre outros.

No entanto, existem outros fatores, como a falta de materiais, ausência de atividades fora da sala de aula, indisponibilidade de infraestrutura para o uso das tecnologias em favor da aprendizagem, número reduzido de atividades

extracurriculares como jogos escolares etc. Além disso é difícil analisar a sala como um todo sem ter em conta que, cada um tem suas particularidades, assim cada aluno é um indivíduo único que está sujeito a afetação de muitos fatores tanto internos como externos, neste sentido se tem circunstâncias que permitem olhar fatores comuns entre os alunos alguns deles segundo a pesquisa, na opinião dos participantes, cansaço e problemas sociais, estresse, sobrecarga disciplinar, ausência de metodologias diferenciadas e outras tantas situações.

Para Girotto (2018, p. 21) as políticas educacionais pautadas no abstracionismo pedagógico enfatizam

a importância dos currículos e as avaliações padronizadas, reforçando a ideia de uma escola pensada como organização simples, fácil de ser gerida e controlada a partir de uma lógica focada na obtenção de resultados quantitativos, que pouco ou nada expressam sobre a aprendizagem dos estudantes e as condições de ensino.

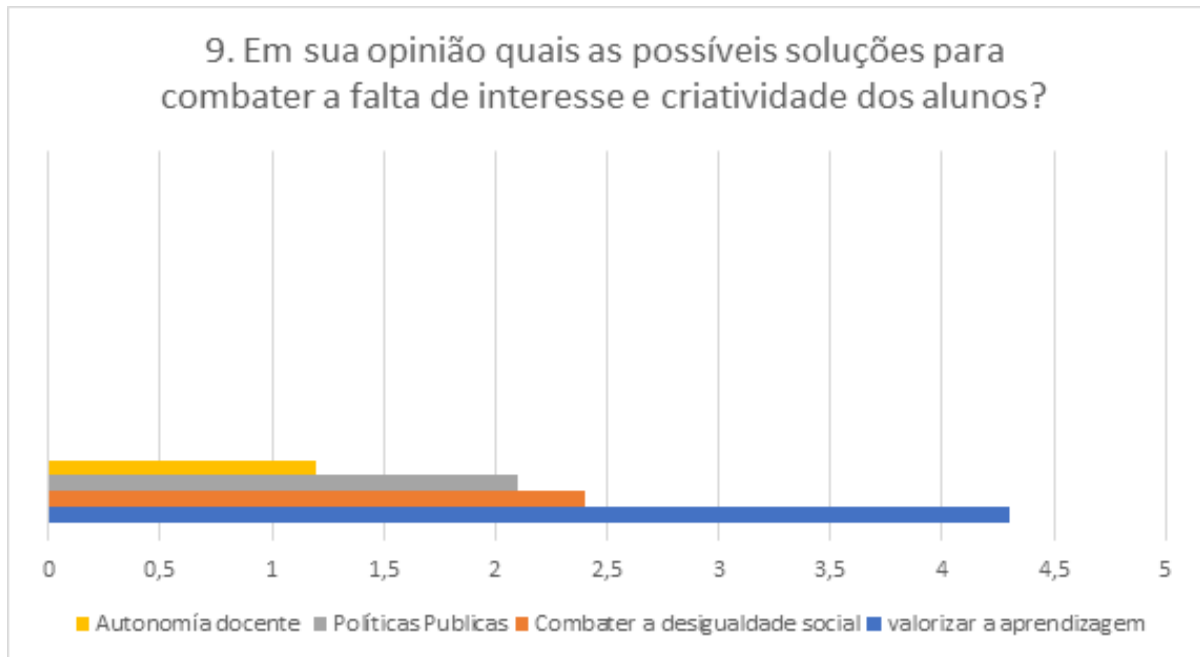
Assim a política educacional precisa ser lida de maneira mais ampliada, pois no discurso oficial vem acompanhado de responsabilizar ao docente. Girotto (2018) argumenta ainda que, um intenso ambiente de ampliação do controle sobre os momentos de atividade docente tem tido um aumento significativo, com o objetivo de modificar a autonomia docente na relação com os processos de ensino e de aprendizagem. A articulação entre o desempenho dos discentes e os testes padronizados e o pagamento de bonificações aos docentes, se configuram como um dos principais mecanismos no controle do labor docente.

Observa-se claramente o aumento dos mecanismos de controle estabelecidos com o objetivo de diminuir a autonomia docente, na medida que se priorizam o estabelecimento de aulas e materiais pré-elaborados, a fim de reduzir a autonomia dos professores, mas também, promovendo um ensino no qual o professor se torna um simples transmissor de conteúdos prontos e simplificados. Esta é uma situação com contornos já bem analisados. Para Freire (2004), quanto mais os professores se ajustam às propostas de simples transmissores de conteúdo, menos poderão desenvolver sua consciência crítica.

Dando sequência a análise, na questão a seguir, os participantes destacaram a valorização da aprendizagem como eixo fundamental, conforme exposto no Gráfico número 12 a seguir. Para os professores, as soluções poderiam advir de melhorias nas condições de trabalho, salários mais adequados, manutenção

da formação docente, valorização do aprendizado, aumento dos investimentos, maior envolvimento dos pais e da sociedade, promoção de uma formação humana mais abrangente e emancipadora para os alunos, combate à desigualdade social e busca por equidade na escola.

Gráfico 12. Solução para Combater a Falta de Interesse e Criatividade; sendo 0 (Baixo) e 5 (Alto).



Do autor, 2024.

Como se vê dos dados, alcançar o maior anseio dos professores, que é valorizar a aprendizagem e que deveria ser algo trivial em uma escola, depende de como as políticas públicas educacionais são pensadas e implementadas, uma vez que estas têm um peso significativo nas possíveis soluções para a falta de interesse e criatividade dos alunos. As propostas apresentadas até agora vão contra este postulado.

Dessa forma, o docente consegue ou não abordar sua aula de maneira que permita reduzir a utilização de slides prontos. No entanto, algumas medidas permeiam a capacidade dos professores em sua autonomia. Nesse sentido, projetos como o proposto pelo governo estadual podem impedir o desenvolvimento dela.

Neste sentido, a incerteza do melhoramento da qualidade educativa se evidencia no baixo compromisso com a qualidade educativa e na falta de conforto em relação ao que os resultados poderão produzir, incapazes de refletir a realidade

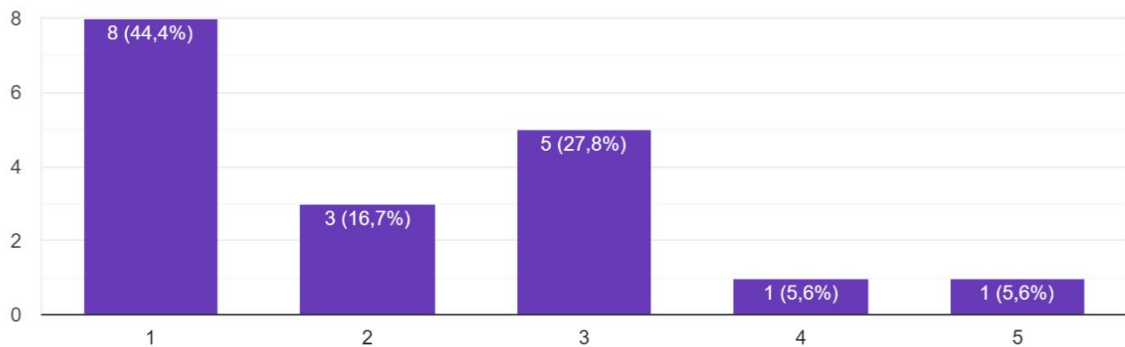
dentro da sala de aula. Da mesma forma, a busca por alcançar as primeiras posições só busca garantir ainda mais a possibilidade de aumento da verba educacional e mostrar números que não refletem no real.

Gráfico 13. Representação na Formulação de Políticas Públicas Educacionais.

Do autor, 2024.

10.0 quanto, enquanto professor(a), você se sente representado(a) na formulação de políticas públicas educacionais? Justifique, por gentileza.

18 respostas



De acordo com o Gráfico 13, no qual na escala de valor 1 representa a baixa representação e 5 a alta representação que se tem no que se refere à representação que cada indivíduo acredita que tem na formulação de políticas públicas educacionais. As políticas públicas educacionais criam estratégias para a transformação da educação, devido a essas possíveis mudanças, os que mais são afetados são

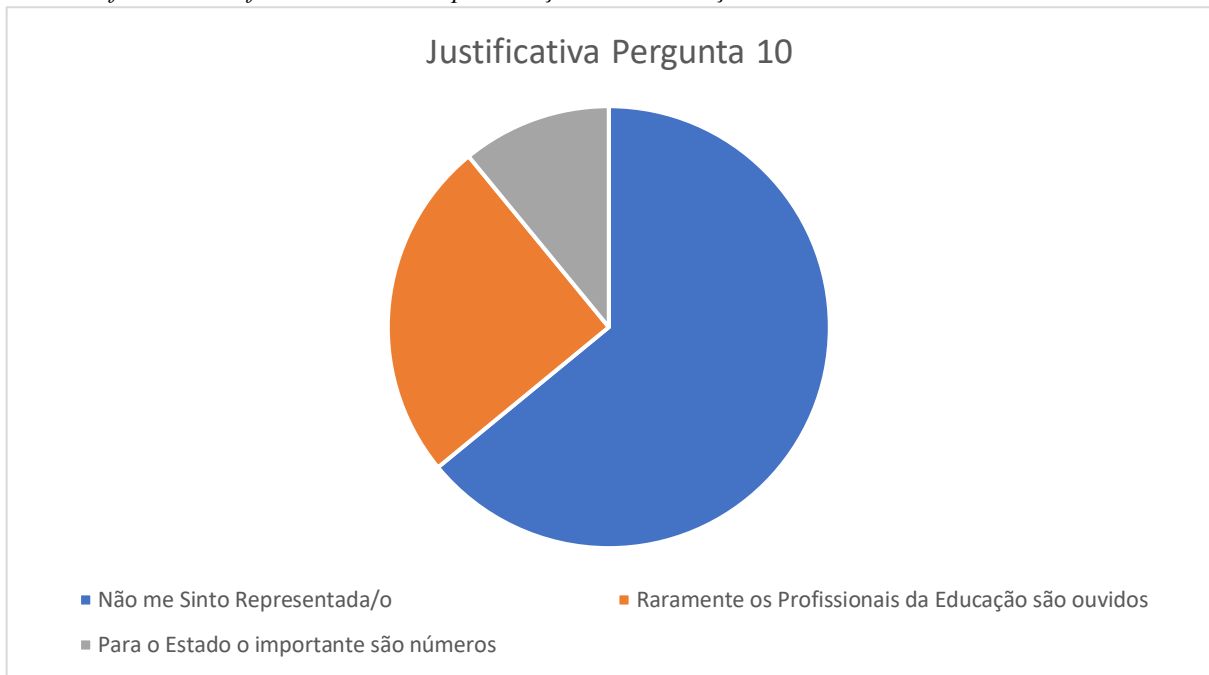
os docentes que estão ali dentro de sala, com os alunos, e como toda ação gera uma reação, um desconforto, o docente tendo que se adaptar de maneira muito rápida, que muitas das vezes não consegue acompanhar o processo, e este com o acúmulo de atividades se sentindo exausto, e com o passar dos dias vão adoecendo (Marcos, 2021, p. 9).

Neste sentido, a participação dos professores na formulação de políticas públicas educacionais é fundamental, pois são eles os que estão inseridos na cotidianidade escolar, conhecem as dificuldades que se enfrentam no dia a dia na sala de aula e são aqueles que recebem as críticas pela qualidade da educação oferecida à sociedade. Cabe a eles a identificação das problemáticas que ocorrem na sala de aula, contribuindo para uma maior aceitação e redução do receio em relação às decisões sobre as políticas implementadas.

Desta maneira, a Conferência Mundial sobre Educação Para Todos,

patrocinada pelo Banco Mundial, propiciou o estabelecimento de políticas públicas educacionais voltadas para o atendimento e alívio da pobreza nos países em desenvolvimento. O que não permite um trabalho focalizado em atender as demandas de conhecimento e pensamento crítico que te a sociedade.

Gráfico 14. Justificativa Sobre a Representação na Formulação de Políticas Públicas Educacionais.



Do autor, 2024.

A grande maioria dos participantes, de acordo com o Gráfico 13, coincide com os que não se sentem representados na formulação das políticas públicas educacionais. No que se refere à cobrança dos resultados, estas são direcionadas predominantemente aos professores, tanto por parte do governo quanto da sociedade. Entretanto, as políticas educacionais propostas e a participação da população não são devidamente consideradas, ainda que se tenham ativado mecanismos de participação nos últimos anos. No âmago das políticas educacionais, permanecem inalteradas devido à dependência de organismos estrangeiros com interesses próprios bem definidos.

Neste sentido o sindicato poderia ser uma forma de expressar o sentir dos professores, se conseguissem, se mobilizar sobre uma proposta de reforma as políticas públicas poderia ajudar na consecução das metas. Políticas públicas onde o professor não seja o foco da cobrança dos resultados como um todo, porém como

uma parte essencial do processo educativo.

Desta maneira conseguir dar o valor que o aprendizado realmente é merecedor e assim do mesmo modo valorizar o professor como pilar na educação, procurando assim como expressado na pesquisa a busca da autonomia docente, participação na toma de decisões, e aumento dos direitos trabalhista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No sistema educativo dever-se-ia promover o envolvimento total da sociedade; no entanto, na maioria das políticas públicas educacionais, a participação da sociedade não é tão significativa quanto deveria ser. Nesse sentido, as atuais políticas públicas educacionais buscam o benefício de apenas uma parcela da sociedade, o que contradiz a realidade da população.

As políticas públicas educacionais estão sujeitas à regulamentação institucional externa, permitindo a intervenção de organismos internacionais com agendas próprias definidas. Essas políticas são condicionadas por meio de diferentes mecanismos, incluindo a prova PISA, a qual influencia na toma de decisões para os investimentos em projetos educativos nos países em desenvolvimento. Assim, tanto o Brasil quanto o Paraná passam a se distinguir como laboratórios de novas políticas educativas de corte neoliberal, visando analisar suas virtudes e falências para a aplicabilidade em outros países.

Portanto, as causas da falta de interesse dos alunos na sala de aula aqui tratadas podem ser atribuídas a fatores tanto externos quanto internos. Embora existam opiniões diversas sobre as causas da diminuição da criatividade e interesse dos estudantes, assim algumas delas apontam para os aparatos tecnológicos e as redes sociais. No entanto, é importante destacar que as políticas públicas adotadas pelo governo desempenham um papel significativo na diminuição da qualidade educativa, desta forma o aumento do distanciamento do momento individual do professor com os alunos que permita uma avaliação constante é cada vez menor, devido ao aumento dos estudantes por sala refletindo diretamente no interesse dos alunos dentro da sala de aula.

Desta maneira a pesquisa realizada é importante porque evidencia contradições entre as políticas educacionais atuais e o cotidiano escolar. Como resultado, temos alunos com pouca ou nenhuma vontade de aprender e um interesse reduzido, devido a diversos fatores. Isso nos permite realizar um estudo mais abrangente, destacando a necessidade de incluir outras dinâmicas na formulação das políticas públicas educacionais. Pode-se inferir, então, que a falta de participação docente na construção das políticas públicas de educação debilita a autonomia docente e o relacionamento com os alunos.

No entanto, a problemática da educação muitas vezes é simplificada

como sendo apenas um problema das escolas. Nesse sentido nas últimas décadas o papel fundamental do professor no acompanhamento da educação foi se perdendo. Este não é um problema somente deles, mas um problema da sociedade como um todo, quando o sistema de produção, não prioriza o bem-estar das pessoas pôr cima do lucro, o sistema educacional torna-se ainda mais desfalcado.

Dessa forma, os objetivos propostos para o desenvolvimento da pesquisa conferem um viés distinto ao que se tinha pensado no início do trabalho. Nesse sentido, o principal objetivo de identificar as possíveis causas da diminuição do interesse e da criatividade dos alunos em sala de aula no atual modelo de educação do Paraná. Deu como resultado por médio das perguntas formuladas as diferentes visões enquanto à problemática. Desta maneira nas respostas do questionário, tinha docentes que defendiam essas mesmas políticas que tinham possibilitado o presente problema, e se deduzia uma possível alienação em relação às políticas educacionais que estão sendo implantadas.

Neste sentido considerassem hipóteses contrárias ao que se percebe na realidade, nesta a maioria dos professores compreendem os problemas que trazem para sua autonomia docentes as atuais políticas educativas, porém um grupo pequeno ainda percebe que essas políticas públicas educacionais permitem um melhoramento no ensino, e nas condições laborais dos professores.

Portanto, o desenvolvimento dessas políticas públicas de educação em sala de aula permite conectar-se aos postulados de Paulo Freire e Saviani, os quais definem a educação bancária, na qual o professor se converte simplesmente em um transmissor de conteúdo. Nesse sentido, a aplicação destas políticas públicas educacionais evidencia a retirada da autonomia docente, por meio de diferentes maneiras como os slides prontos, entre outras estratégias. Libâneo aborda a educação por metas e quantificável, refletindo diretamente na busca pela construção de conhecimentos críticos. Nesse contexto, são evidenciadas as intenções de formulação de políticas públicas educacionais voltadas para o mercado.

Assim de acordo com a análise estabelecida mediante os gráficos, evidencia-se a necessidade de um maior aprimoramento nos diferentes fatores que incidem na diminuição do interesse dos alunos e a sua relação com a diminuição assim mesmo da qualidade educativa não somente nas políticas públicas, mas também em outros fatores como os econômicos e sociais que poderiam afetar o desenvolvimento dos alunos na sala de aula.

Considerando, portanto, a limitação da pesquisa realizada, é de suma importância dar continuidade ao estudo em futuras pesquisas, promovendo assim a participação predominante dos professores na análise da sua realidade e as maneiras como seria possível estabelecer uma maior participação na tomada de decisões e na busca pelo estabelecimento de um ensino muito mais humano.

Neste sentido poder-se-ia estabelecer, para futuras pesquisas, a maneira de coletar informações que permitam analisar os fatores que incidem na falta de interesse dos estudantes, fazendo uma comparação entre o setor público e privado, procurando estabelecer as diferentes variações e as especificidades em cada nível socioeconômico.

Acredito que a participação dos docentes na elaboração das políticas públicas é de considerável importância. Dessa maneira, a experiência adquirida como docente pode proporcionar uma maior abrangência na formulação das políticas públicas. Assim, poder-se-ia aprimorar a capacidade do docente e aumentar a autonomia necessária. Em conclusão essa abordagem permitiria um atendimento mais individualizado, sem dúvida auxiliando no engajamento dos alunos com os conteúdos e proporcionando um maior controle por parte dos docentes sobre seus estudantes.

6. REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Antônio Inácio. As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo. Revista Espaço Acadêmico, ano II, número 13, junho 2002, mensal. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/660919675/As-politicas-educacionais-no-contexto-do-neoliberalismo>. Acesso em: fevereiro de 2024.

ARAUJO, Maria de Lourdes Haywanon Santos. Apresentação no Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. Disponível em: [MaLourdesAraujo-ComunicacaoOral-int.pdf \(anpae.org.br\)](#), p. 12. Acesso em fevereiro de 2024.

BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos Alberto. Globalización y Educación. Revista de Educación, número extraordinário, pp. 13-29, 2001. Tradução de Diana Maria Irizate Gonzalez. 02-07-2001.

COSTA, Antônio Cláudio Moreira; OLIVEIRA, Michelle Candida de. As políticas públicas de educação infantil no contexto do neoliberalismo. Revista Educação Popular, Uberlândia, v. 10, p. 89-97, jan./dez. 2011, páginas 91-97.

Dever de Classe. Professores querem reduzir número de alunos por turma em todo o Brasil. Publicado em: 10 jan. 2021. Disponível em: <https://www.deverdeclasse.org/l/professores-querem-reduzir-numero-de-alunos-por-turma-em-todo-o-brasil/>. Acesso em: março 2024.

FARIAS, Jane Ramos Marques de; SILVA, Rosilene Pereira da. Mobile learning (aprendizagem em movimento): os dispositivos móveis como ferramentas facilitadoras no espaço escolar. Revista Prometeu, Ano VI, n. 6, 2020, p. 30.

FONSECA, M. G. O.; RUPPEL, J. F. I.; LIMA, M. F. A. A privatização da Educação paranaense: Projeto Parceiro da Escola. Jornal de Políticas Educacionais, v. 17, e93643, agosto de 2023.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. Entre o abstracionismo pedagógico e os territórios de luta: a base nacional comum curricular e a defesa da escola pública. Horizontes, v. 36, n. 1, p. 16-30, jan./abr. 2018.

GOMES, Cyntia Danielle Pinto et al. A ideologia neoliberal e suas implicações na gestão do Estado do Paraná (2015-2018): a política educacional de privatização da educação superior. Disponível em: <https://www.unoeste.br/site/enepe/2018/suplementos/area/Humanarum/Educa%C3%A7%C3%A3o/A%20IDEOLOGIA%20NEOLIBERAL%20E%20SUAS%20IMPLICA%C3%87%C3%95ES%20NA%20GEST%C3%83O%20DO%20ESTADO%20DO%20PARAN%C3%81%202015-2018%20A%20POL%C3%8DTICA%20EDUCACIONAL%20DE%20PRIVATIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20SUPERIOR.pdf>. Acesso em: março de 2024.

G1 PR e RPC — Curitiba. Governo do Paraná propõe bônus de R\$ 3 mil para funcionários de escolas que atingirem meta no Ideb. 14 ago. 2023, 17h28. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2023/08/14/governo-do-parana-propoe-bonus-de-r-3-mil-para-funcionarios-de-escolas-que-atingirem-meta-no-ideb.ghtml>. Acesso em: março 2024.

HAYEK, F.A. O Caminho da Servidão. 6ª Edição. Traduzido para a língua portuguesa por Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro, para o Instituto Liberal. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. 217 p.

HARVEY, David. Breve história do Neoliberalismo. Tradução de Ana Varela Mateas. Madrid: Ediciones Akal, S. A., 2007. 252 p. (Capítulo I, p. 36; Capítulo III, p. 24).

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 46, n. 159, p. 38-62, jan./mar. 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LLOBET ESTANY, Marta. La creatividad social frente a la sociedad del riesgo. Universidad de Barcelona, 2011, p. 17. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/28174314_La_creatividad_social_frente_a_la_sociedad_del_riesgo. Acesso em: fevereiro de 2024.

MARCOS, Aldirene Rodrigues. A desmotivação do professor em sala de aula. Revista Científica FESA, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 03-15, 2021. DOI: 10.29327/232022.1.3-1. Disponível em: <<https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/18>>. Acesso em: 8 abr. 2024.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. Theomai, núm. 15, primeiro semestre, 2007, pp. 107-130. Red Internacional de Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo. Buenos Aires, Argentina.

MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. In: Souza, C. A.; Morales, O. E. T. (Orgs.). Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Vol. II. PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015.

MORAES, Carolina Roberta; VARELA, Simone. Motivação do aluno durante o processo de ensino-aprendizagem. Revista Eletrônica de Educação, ano I, número 01, ago./dez. 2007, p. 15.

Nações Unidas no Brasil. UNICEF pede que professores e alunos sejam ouvidos na formulação de políticas educacionais. Publicado em: 14 junho 2018. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/80284-unicef-pede-que-professores-e-alunos-sejam-ouvidos-na-formulacao-de-politicas-educacionais>. Acesso em: março 2024.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães (org.). Estado e políticas sociais no Brasil: Conferências do Seminário Estado e Políticas Sociais no Brasil e Textos do Relatório

NÓVOA, António. Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

Parcial do Projeto de Pesquisa Programas nas Áreas da Educação e Saúde no Estado do Paraná: Sua Relação com as Orientações do BID e BIRD e sua Contribuição na Difusão das Propostas Liberalizantes em Nível Nacional. Cascavel: Unioeste, 2001. 292 p.

PALUDO, Conceição. Educação popular como resistência e emancipação humana. Cadernos Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015.

PEREIRA, R.S. Proposições da OCDE para América Latina: O PISA como instrumento de padronização da educação. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 14, n. esp. 3, p. 1717-1732, out., 2019. e-ISSN: 1982-5587. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.3.12756.

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ: 2015-2025. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2015, p. 105.

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO GLOBAL DA EDUCAÇÃO, América Latina e Caribe, 2020. Equipe do Relatório de Monitoramento Global da Educação. Diretor: Manos Antoninis. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Paris: 7, Place de Fontenoy, 75352, 2021.

STROMQUIST, Nelly P. Dossiê. Sociologias, Porto Alegre, v. 14, n. 29, p. 72-99, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/y3tMbbWjRBxK6P9KtHN4qFK/?format=pdf>. Acesso em: fevereiro de 2024.

SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade Líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação Contemporânea. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 107, p. 187-201, abr. 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/63748402/Modernidade_L%C3%ADquida_Capitalismo_Cognitivo_e_Educa%C3%A7%C3%A3o_Contempor%C3%A2nea. Acesso em: 15 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. O plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: fevereiro de 2024.

SANTOS, Magda. A abordagem das políticas públicas educacionais para além da relação Estado e sociedade. In: IX ANPED Sul Seminário de Pesquisa em Educação Região Sul, 2012, p. 15.

Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Proibição do uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos nas escolas. Disponível em: <https://educacao.prefeitura.rio/celulares/>. Acesso em: março de 2024.

SOUSA, Silmara Eliane de. A gestão educacional no Paraná 2011-2013. Cascavel, PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Centro de Educação, Comunicação e Artes, 2013. 160 p.

TABILE, A. F.; JACOMETTO, M. C. D. Fatores influenciadores no processo de aprendizagem: um estudo de caso. Revista Psicopedagogia, v. 34, n. 103, p. 75-86, 2017.

UNESCO. La educación transforma vidas. Disponível em: <<https://www.unesco.org/es/education>>. Acesso em: fevereiro de 2024.

VINUTO, Juliana. A amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: um debate em aberto. Temáticas, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014.

ZUIN, Vânia Gomes; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. O celular na escola e o fim pedagógico. Educ. Soc., Campinas, v. 39, n. 143, p. 419-435, abr.-jun. 2018.